

CORES

a revista de responsabilidade socioambiental da Fieg

A large black iguana is the central focus of the image, resting on a rugged, reddish-brown rocky surface. The iguana's body is dark and textured, with a prominent dorsal crest of spines. Its head is turned slightly to the right, showing its eye and mouth. The background is a blurred, natural setting, suggesting a rocky or volcanic environment. The lighting is bright, highlighting the textures of the iguana and the rocks.

Impactos ambientais dão nova configuração ao planeta

Relatórios de clima apontam o aumento de gases do efeito estufa na atmosfera e alertam para a necessidade de redução imediata das emissões, sob pena de danos irreparáveis à vida no planeta, tal qual se concebe hoje



UMA MINA DE TALENTOS E UM ANO CHEIO DE PRÊMIOS

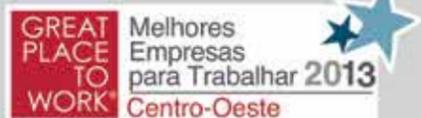
A SAMA vive cercada de riquezas, mas a maior delas são seus colaboradores. Que fazem dela o que ela é, uma empresa reconhecida uma, duas, várias vezes, por diferentes institutos de pesquisa, mas através de um único quesito: EXCELÊNCIA.



7º lugar - As 25 melhores empresas, de 500 a 1000 funcionários



6º lugar - Categoria: Médias e Pequenas Nacionais de 100 a 999 funcionários Subcategoria: 3º lugar. A melhor em qualidade de vida



2º lugar



1º Lugar Melhor empresa no setor mineração



2º Lugar Categoria 501 a 1000 funcionários



www.sama.com.br

Amianto Crisotila

CARTA AO LEITOR

Reverter mudanças climáticas exige compromisso e união

O crescimento nas emissões de gases do efeito estufa na atmosfera coloca um ponto de interrogação sobre como será o futuro da humanidade. As alterações climáticas em curso no Brasil dão uma ideia das dimensões continentais do problema e os relatórios de clima, abundantemente produzidos no segundo semestre de 2013, indicam que as soluções têm que ser buscadas agora. É por esta razão que as mudanças climáticas estão no centro dos debates, sobretudo quando se trata de fazer projeções de longo prazo. Nem tão longos assim, se considerarmos que o aquecimento global já produz um cenário preocupante em muitas regiões.

A única certeza que se tem é de que a mitigação dos gases do efeito estufa só será possível se conduzida de forma compartilhada entre os países, entre as empresas e a população. Caberá ao Brasil, condutor do processo internamente, ter em mãos um plano estratégico que valorize sua rica biodiversidade frente a outros países, integrando todos os setores de sua economia de maneira articulada e transparente. Por sua vez, as empresas deverão conhecer, quantificar e reduzir suas emissões, adotando procedimentos já sistematizados com esse objetivo. Além de sujeitas à legislação, interessa às empresas incorporar práticas ambientalmente adequadas aos seus sistemas de gestão e buscar oportunidades de melhoria nos processos produtivos por meio da inovação.

A abertura para o diálogo intersetorial e os investimentos em projetos socioambientais estão sendo adotados por muitas empresas, o que permite a elas estender o compromisso pelo desenvolvimento sustentável aos colaboradores internos, às comunidades vizinhas e à rede de fornecedores. Essa é a razão que faz as pessoas acreditarem na contribuição das empresas para uma virada comportamental e de que é possível crescer sem degradar a natureza. Nesta edição, a revista CORES relata a história de empresas cidadãs, comprometidas com essa mudança.

Não menos importante é o papel da população, considerado decisivo na redução dos gases do efeito estufa. Com a premissa da responsabilidade compartilhada, a participação da população fecha o ciclo, e suas atitudes fazem toda diferença naquilo que é essencial: reduzir o consumo, combater o desperdício, sobretudo de energia e de alimentos, e dar destinação ambientalmente adequada ao lixo. Assim, estará formado o exército de mitigadores, capaz de levar a cabo o lema tão conhecido que diz que preservar a natureza é um dever de todos.

da REDAÇÃO
(sintese@sintese.com.br)

INDICE



DAGO PAULO R

16 Planeta vive dias de transformação

As alterações climáticas decorrentes do aquecimento global estão dando nova configuração ao planeta e provocando mudanças indesejáveis, em alguns casos, irreversíveis. O problema é mundial, mas cada um pode fazer a sua parte, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa na atmosfera e preservando a biodiversidade

28 Entrevista

Washington Novaes, jornalista, comenta os relatórios de clima e alerta para os pecados capitais praticados contra a natureza

Artigos

- 4 **Pedro Alves de Oliveira**
Temas ambientais estão na pauta das empresas
- 5 **Clarismino Luiz Pereira Jr.**
É preciso promover o debate entre os entes federados
- 10 **Antônio de Sousa Almeida**
Responsabilidade social e ambiental andam juntas
- 38 **Wladislenny Duarte**
Por onde começar a implantação do SGA

PUBLICAÇÃO



Presidente da Fieg
Pedro Alves de Oliveira



Presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social
Antônio de Sousa Almeida

Superintendente
José Eduardo de Andrade Neto

Gerente de Comunicação
Geraldo Neto

cores@sistemafieg.org.br
Fone (62) 3219-1303

criação, produção e publicidade



www.sintese.com.br
sintese@sintese.com.br

Edição
Márgara Morais
(62) 9971-1118
margaramorais@gmail.com

Colaboração
Graciana Rizério

Conselho Editorial

Luciana Machado
Márgara Morais
Antônio de Sousa Almeida
Leandro Gondim Silva
Denise Monteiro de Faria
Wladislenny Duarte
Elaine Lopes Farinelli

Projeto gráfico
Bruno Galiza

Design gráfico
Henrique Funari

Capa
Sama

Fotografia

Silvio Simões
Arquivos da Fieg-Ascom e empresas
Matéria de capa: reserva ambiental da Sama

Impressão
Gráfica Kelps

Tiragem
5 mil exemplares

* Publicação dirigida e distribuição gratuita. As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.



Temas ambientais estão na pauta das empresas

Por Pedro Alves de Oliveira

Constituiu-nos agradável surpresa o Debate sobre Temas Estratégicos de Meio Ambiente, promovido pelo Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, realizado na Casa da Indústria, em outubro. Participei de missão da Confederação Nacional da Indústria no Japão e na Coreia do Sul e retornei impressionado com a importância que esses países, sobretudo suas empresas, conferem às questões ambientais.

Neles, há uma verdadeira cultura preservacionista, com poderoso peso nas decisões. Os conceitos afetos à sustentabilidade estão incorporados ao próprio estilo de vida. A exemplo desses povos, para o Brasil obter a feliz realidade que já conquistaram, o ideal seria que entre nós a educação ambiental também começasse na infância, cultivada pela família.

Acontece que, naquele evento da Fieg, com a participação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e outras instituições da mesma área, os espaços físicos estavam lotados com a maciça presença de empresários ou seus representantes. Os temas mereciam especial atenção, como as demandas da agenda ambiental, que a cada dia se tornam mais urgentes, principalmente as questões dos recursos hídricos, após a aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e a criação de mais seis comitês no Estado de Goiás; a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a alteração dos códigos florestais nacional e estadual, e as dificuldades na obtenção das licenças ambientais dentro dos prazos legais.

Os presentes demonstravam grande interesse nos assuntos tratados. Ao abrir os trabalhos, reiterei que o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás – Fieg, Sesi,

Senai, IEL Goiás e ICQ Brasil – está de portas abertas às exigências do desenvolvimento sustentável, à disposição para novas rodadas de debates e informações semelhantes.

A presença do Sistema é destaque nos conselhos estadual e municipal e no Fórum Estadual de Meio Ambiente; nos comitês de bacias hidrográficas, na discussão dos novos códigos florestais, na nova política de resíduos sólidos, na coleta seletiva de lixo, na articulação, com o Estado, para melhoria dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental, e junto ao Sindirepa, na elaboração de cartilha de procedimentos para o setor de recuperação automotiva. Participamos também do Conselho de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria.

O Senai, por meio do Núcleo de Meio Ambiente e Higiene Industrial, na Escola Senai Vila Canaã, oferece suporte técnico às empresas, com o atendimento de necessidades legais e mercadológicas, visando uma gestão mais produtiva e em harmonia com o meio ambiente. Eis seus serviços: recuperação de área degradada, licenciamento ambiental, produção mais limpa, diagnóstico ambiental, avaliação de emissões atmosféricas, avaliação de qualidade do ar, gestão de resíduo industrial, projeto de pequenas

estações de tratamento de efluentes, palestras técnicas, avaliação da qualidade do ar interior, de ruído ambiental e de odores, programa de educação ambiental e caracterização de resíduos sólidos.

De higiene industrial: assessoria em segurança do trabalho, avaliação de exposição a agentes físicos, químicos e biológicos; elaboração de programa para a empresa avaliar e controlar seus riscos ocupacionais; programa para a gestão de riscos ocupacionais na atividade de mineração; mapeamento de área de risco; estudo ergonômico – avaliação das condições de trabalho com as características psicofisiológicas dos trabalhadores; programa de proteção ao sistema respiratório a agentes químicos dispersos no ar; laudo técnico de atividades em condição perigosa para a concessão de adicional de periculosidade; laudo de trabalho contínuo; assessoria na estruturação e renovação da Cipa nas empresas, e palestras sobre segurança e saúde ocupacional.

Numa fase mais adiantada, entram os institutos Senai de Tecnologia em Alimentação, na Vila Canaã; de Automação, no Ítalo Bologna; de Química, no Roberto Mange, de Anápolis, e o Instituto Senai de Inovação, em logística, na Fatesg.

“ A exemplo de países como o Japão e a Coreia do Sul, o ideal seria que entre nós a educação ambiental também começasse na infância, cultivada pela família ”



É preciso promover o debate entre os entes federados

Por Clarismino Luiz Pereira Jr.

Com a ampla e às vezes até passional discussão sobre o novo Código Florestal, que chamou a atenção da mídia e de significativa parcela da sociedade brasileira, passou quase despercebida a edição de importantíssima norma regulamentadora da Constituição Federal. Trata-se da Lei Complementar n.º 140, de 8/12/11, que depois de mais de 23 anos da “Constituição Cidadã” regulamentou os incisos III, VI e VII do artigo 23, referentes ao meio ambiente.

Tal norma recepcionou quase integralmente a Resolução 237/97, do Conama (sem força de lei), e surgiu para delimitar as competências dos entes federados, evitando conflitos entre os vários órgãos ambientais que, em muitas ocasiões, desnorream os processos de licenciamento ambiental de atividades industriais e outras atividades. Esta legislação poderia ter sido mais detalhista, já que remeteu aos conselhos estaduais a autoridade para definir o conceito de impacto local. Situação que já ocorre em vários estados, inclusive em Goiás, que através da Resolução 069/06, do Cemam, utilizou o critério do porte do empreendimento e/ou atividade para delimitar os potenciais causadores de impacto local ou regional.

Entendo que este critério não é justo e exemplifico: um abatedouro de 100 reses/dia pode ocasionar impactos com abrangência maior do que um frigorífico que abate 1 mil reses/dia, dependendo de sua posição geográfica dentro do território municipal. Acredito que é possível discutir esta melhoria na conjuntura do Sisnama, trazendo regras mais claras e precisas, a fim de se extinguir os conflitos de competência.

Grande inovação é o artigo 17 da citada lei complementar: “Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização

“ Somente o órgão público que licenciou a atividade potencialmente causadora de impactos ambientais poderá, em caso de infração ambiental, impor a pena de multa administrativa pecuniária ”

lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental, cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada”. Isso significa que somente o órgão público que licenciou a atividade potencialmente causadora de impactos ambientais poderá, em caso de infração ambiental (Decreto n.º 6514/08), impor, através de auto de infração, a pena de multa administrativa pecuniária. Esta é a regra! Embora exista corrente doutrinária que entenda diversamente, o importante é que prevalecerá sempre a multa do órgão licenciador, com isto, evita-se a “gincana arrecadatória”.

Cabe lembrar que o princípio da eficiência expresso no artigo 37 da Constituição foi respeitado ao preceituar que a autoridade licenciadora deverá exigir as complementações decorrentes da análise do pedido de licenciamento de uma única vez, desde que não haja fatos novos. Contudo, face à novidade legal, ainda há outros temas que levantarão polêmicas, mas devemos considerar a Lei Complementar 140/11, como avanço na proteção do meio ambiente.

Temos que ressaltar o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal 12.651/12) amplamente discutido através de um processo acalorado e de debates passionais entre a ala chamada “ambientalista” e a ala do setor

produtivo, talvez, jamais visto na história do Congresso Nacional. O Código não é o ideal para aquela ala e muito menos para esta, mas foi o possível dentro da conjuntura política e diante das forças que atuam no Parlamento.

Dentre as inovações, destaco a criação do CAR (Cadastro Ambiental Rural), instrumento importante, moderno e eficaz na regularização ambiental de todas as propriedades rurais. O mapa digital a ser elaborado será fidedigno à realidade ecológica de cada imóvel, ao ponto de substituir o retrógrado e arcaico instituto da reserva legal, à margem da matrícula cartorária.

Alguns membros do Ministério Público e parte da Procuradoria Geral da República questionam judicialmente esse e outros pontos da lei, mas, equivocadamente, pois ao invés desse caminho, deveriam fomentar o debate com os entes federados, no sentido de fortalecer, modernizar, descentralizar, aparelhar com recursos humanos suficientes e recursos tecnológicos os órgãos ambientais, para que os mesmos prestem serviços públicos céleres e juridicamente seguros, sobretudo os pedidos de licenciamento. Assim, estaremos cumprindo o desejo da sociedade brasileira e do setor produtivo, que é o de promover e estabelecer em todos os empreendimentos e atividades, a responsabilidade socioambiental.



Para refletir sobre sustentabilidade

Por Ênio Almeida

Recentemente, participei de uma reunião empresarial em que os colaboradores apontavam sua satisfação em trabalhar em uma empresa que investia em capacitação profissional, portanto no desenvolvimento de suas carreiras. Pensei como essa atitude influenciaria positivamente a vida daqueles trabalhadores, e mais: de todas as suas famílias. Avaliei então, por esse pequeno *feedback*, que estão certas as empresas que atestam que responsabilidade social começa em casa. Ao adotar a responsabilidade social empresarial, a organização se compromete a realizar uma gestão ética, inserindo preocupações sociais e ambientais em suas decisões e resultados. De maneira voluntária, decide contribuir para um ambiente mais saudável e uma sociedade mais justa. Mas tudo começa com o colaborador.

Avançando na reflexão, percebemos a importância das empresas também desenvolverem canais para apresentarem seus resultados de gestão ambiental para a sociedade, de maneira transparente. Transparência é tudo e o mínimo que a sociedade exige das empresas. E é com essa política que empresas como a EBM Desenvolvimento Imobiliário se esforçam para publicar anualmente, com clareza e abrangência, seus relatórios socioambientais.

Em 2012 foram mais de 1,7 mil participações em treinamentos, além de 237 novos colaboradores treinados no tema ética, durante o processo de integração, e o investimento de mais de R\$ 1 milhão em saúde e segurança. Talvez para muitos mercados brasileiros, esses números podem não parecer significativos, mas sem dúvida, eles são um exemplo do que realmente pode transformar realidades individuais e, se somadas a outras e outras, transformam um país.

“ É perceptível a importância de as empresas também desenvolverem canais para apresentarem seus resultados de gestão ambiental para a sociedade, de maneira transparente. Transparência é tudo e o mínimo que a sociedade exige das empresas ”

A EBM é modelo nacional em responsabilidade social empresarial no seu setor, avaliado pelo renomado Instituto Ethos, em dezembro de 2012. A nota da empresa em pesquisa voluntária realizada pelo Ethos está acima da média geral brasileira. Em 2013, pela segunda vez consecutiva, a EBM também integrou o ranking da pesquisa *Great Place to Work*, destacando-se como uma das melhores empresas do Centro-Oeste para se trabalhar. Esse prêmio revela a opinião e é, antes de tudo, a voz do trabalhador. As duas premiações são reflexos direto do conjunto de ações desenvolvido pela empresa para o público interno, muito além do externo.

O segmento da construção civil é um dos mais representativos da economia brasileira no momento e a responsabilidade ambiental está sendo fortemente incorporada pelas empresas. Seu produto, após concebido e materializado, dura décadas. Por isso, a ocupação com a proteção do meio ambiente não pode perdurar apenas durante a construção. Tem de permanecer durante toda a vida útil do empreendimento.

Adensamento adequado no terreno, projetos mais harmônicos entre o verde e o concreto, destinação correta de resíduos, equipamentos com acionamento automático

para evitar desperdício de água e energia, e o melhor aproveitamento da luz solar são iniciativas que farão toda a diferença para o meio ambiente e o bolso do consumidor.

Do lado de fora, a preocupação com a vizinhança deve ser contínua. A obra não pode gerar impacto, principalmente onde não exista infraestrutura adequada. Por isso, cada vez mais, a construção civil investe em empreendimentos com forte apelo paisagístico, em sintonia com a natureza. São verdadeiros clubes e áreas de lazer e serviços integrados no mesmo local. Facilidades que otimizam o tempo das pessoas, evitam o deslocamento e desafogam o trânsito.

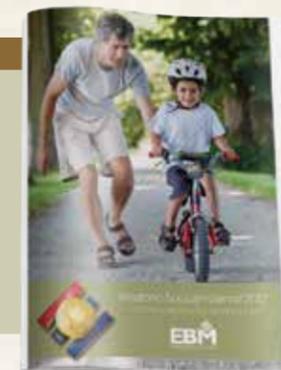
Mas voltando ao fato do que é prioritário considerar, cito o exemplo da EBM que, antes de tudo, investe no desenvolvimento dos seus colaboradores e do voluntariado empresarial.

Responsabilidade social empresarial não é mais uma opção, é uma necessidade. Projetos que priorizam somente o lucro são claramente percebidos pela sociedade que pode rechaçar uma marca ou um empreendimento. Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão ética e transparente que tem a organização com suas partes interessadas. É considerar cada *stakeholder*, objetivando um canal de diálogo e transformação.



RESPONSABILIDADE NAS AÇÕES, TRANSPARÊNCIA NOS RESULTADOS E VALORES PARA TODAS AS GERAÇÕES.

Pelo 2º ano consecutivo, a EBM disponibilizou para consulta seu relatório completo, referente a 2012, com todos os resultados alcançados e compromissos socioambientais da empresa.



Acesse e conheça o Relatório Socioambiental da EBM:
ebm.com.br/responsabilidade-social

Realização:

Responsabilidade
Socioambiental

EBM
DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO

Reaproveitamento com criatividade

Ideias criativas em um cenário de mudanças socioeconômicas ensejam o surgimento de produtos conceituais como o Sketchbook Recortes, um caderno artesanal de anotações



Mapas, revistas, jornais e ilustrações tomam formas diferentes no Sketchbook Recortes

Dois designers, um brasileiro e uma catalã, uniram seus talentos para criar um projeto original de reaproveitamento de materiais. Eles foram motivados por um cenário delicado, de tensão econômica, pelo qual passam os países da Europa de um modo geral e, particularmente, a Espanha. Henrique Funari e Sara García decidiram empreender um projeto de produtos artesanais, inspirado no fenômeno que está acontecendo em muitos lugares daquele continente.

Segundo eles, devido à crise, surgiram diversos empreendedores propondo uma nova forma de consumo e produção, com consciência social e preocupação com o meio ambiente, prontos a colaborar com outras empresas e projetos coletivos. Valoriza-se a produção artesanal por meio da recuperação de técnicas manuais, do reaproveitamento de recursos e da criatividade. Na Espanha, cresce o número de *mercadillos* (locais onde artistas e pequenos empreendedores expõem

seus produtos, trocam ideias e vendem itens que já não necessitam); consolidaram-se os *espacios coworking*, onde várias empresas independentes compartilham a mesma estrutura de escritório e ateliê e, conseqüentemente, as despesas; além de sites colaborativos de trocas de produtos e serviços.

Entre São Paulo e Barcelona, o casal criou o estúdio-ateliê Ventilador, cujo um dos produtos que melhor reflete esta filosofia é o Sketchbook Recortes, um caderninho feito com o reaproveitamento de papéis, pensando para desenhar e fazer anotações. No interior do caderno, além de páginas em branco em papel reciclado, há folhas de jornal, gibis antigos, mapas, páginas de revista, palavras cruzadas, papéis de envelopes usados e muitos outros materiais reaproveitados, que seriam descartados, mas que acabaram dando personalidade ao produto, graças a um design criativo e original. "Cada caderno é confeccionado manualmente, da

costura ao acabamento. Evitamos métodos de impressão tradicionais, priorizando métodos artesanais como carimbos, xilogravuras e ilustrações feitas à mão", explica o designer Henrique Funari. No endereço facebook.com/ventilador.design é possível conferir os projetos desenvolvidos tanto no Brasil quanto na Espanha.

"Evitamos métodos de impressão tradicionais, priorizando métodos artesanais como carimbos, xilogravuras e ilustrações feitas à mão"

Henrique Funari, designer



JOSÉ LEITE
Anglo American, Brasil

Há 40 anos, nós vimos uma coisa incrível no Brasil: o futuro.

Não só pela qualidade dos minerais, mas principalmente pela paixão e capacidade das pessoas.

Isso nos inspirou e sempre buscamos empregar pessoas locais que sabiam exatamente o que era necessário para construir duas coisas: uma grande empresa de mineração e um grande país. E fomos muito bem-sucedidos.

Juntos, nós não só criamos empregos dentro e fora das minas, como ajudamos a desenvolver a economia e a infraestrutura, incentivando a educação e melhorando os serviços de saúde no Brasil.

E hoje nós temos alguns dos maiores projetos de mineração do país. Motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Eles são exemplos concretos da parceria e compromisso de longa data com o Brasil, um grande país, com um grande futuro.

www.angloamerican.com.br

HÁ 40 ANOS TRABALHAMOS PARA UM ÚNICO PROJETO: O FUTURO DO BRASIL.



Responsabilidade social e ambiental andam juntas

Por Antônio de Sousa Almeida

Os temas relacionados à responsabilidade ambiental das empresas estão ganhando corpo e relevância na agenda de negócios, aqui no Brasil e no mundo. Isso é compreensível e explicável. A escassez de recursos naturais, a apropriação desmedida e até ilegal que ainda se pratica contra o meio ambiente geraram um passivo ambiental que precisa ser visto e resgatado. As mudanças climáticas em curso, sentidas na elevação da temperatura, nas enchentes de um lado e seca de outro, são indícios de que é chegada a hora de mudar, mudar a mentalidade e as condutas. Isto, para ficar apenas nas mudanças climáticas que são fáceis de serem percebidas por todos nós.

Os problemas decorrentes dos impactos ambientais afetam o conjunto da sociedade, por conseguinte, as empresas também estão sendo afetadas. A conscientização diante da gravidade da situação está fazendo com que muitas empresas revejam suas práticas produtivas e passem a adotar medidas que considerem a escassez de recursos naturais e sua pegada ambiental, expressão frequentemente usada para se referir à extensão do impacto ambiental provocado, seja pelas pessoas, ou pelas empresas.

A pressão para que toda empresa seja ambientalmente responsável é grande! Assim, é o que temos visto pelo Brasil afora, nos diversos encontros promovidos pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e mesmo os realizados aqui, em Goiás, pelos conselhos temáticos de Meio Ambiente e o de Responsabilidade Social da Fieg (Federação das Indústrias do Estado de Goiás), ambos muito afinados em suas temáticas e atuação.

Em 2013, tivemos seis reuniões do Conselho Temático de Responsabilidade Social, o Cores, todas com a presença de empresas

relatando suas histórias e experiências, e as entidades do Terceiro Setor, mostrando seus projetos de responsabilidade social, para que as empresas possam conhecê-los e apoiá-los. No nível nacional, representando a federação, tive a oportunidade de participar de cinco eventos, entre reuniões e conferências, nas cidades de Brasília, São Paulo, Natal e Belo Horizonte.

A pauta ambiental tornou-se estratégica e, por isso, o engajamento das empresas não para de crescer. Vimos isso também na resposta ao convite do presidente Pedro Alves de Oliveira, para o workshop de Responsabilidade Social, promovido pela Fieg, com o objetivo de divulgar a norma nacional de responsabilidade social, a NBR 16001, e, logo em seguida, no evento "Debates sobre Temas Estratégicos de Meio Ambiente". Ambos muito prestigiados pelo público. Os conselhos reforçam a atuação ambiental das empresas e as direcionam para o caminho das práticas ambientalmente adequadas. Nesse ponto, é interessante observar que as questões sociais e ambientais estão interligadas e se entrelaçam em seus problemas, demandas e soluções.

Assim, vai-se formando uma legião de pessoas conscientes sobre a responsabilidade

socioambiental que cabe a cada um exercer, e que se unem em torno de ideais comuns, com o intuito de promover o debate e realizar mudanças. É assim que vejo, quando nós, conselheiros, abraçamos causas como o combate ao trabalho infantil, irmanados com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, como no caso do Fepetigo (Fórum Goiano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil); nas questões ambientais lideradas pelo Ministério Público de Goiás; na participação em eventos como no Festival Craques da Paz, ajudando a arrebanhar os jovens para o exercício da cidadania, e em tantos outros que contam com a adesão dos conselheiros.

Chegamos à 12ª edição da revista CORES, publicação lançada em 2008 pela Fieg, por meio de seu Conselho Temático de Responsabilidade Social, com uma tendência crescente de participação das empresas. Estas se mostram interessadas em aliar sua marca aos conceitos e valores preconizados pela Responsabilidade Social Empresarial, cuja sigla RSE é bastante conhecida no meio.

Aproveito a oportunidade para convidar as empresas para que venham enriquecer esse diálogo, participando das reuniões do conselho. A participação não requer nenhum custo, basta somente ter interesse.

“ *As questões sociais e ambientais estão interligadas e se entrelaçam em seus problemas, demandas e soluções* ”

Respeito às pessoas e ao meio ambiente

A Mineração Serra Verde tem como um de seus pilares de desenvolvimento a proteção ao meio ambiente. Sendo assim, planeja suas ações visando promover o crescimento sustentável em Minaçu (GO) e região.

A empresa acredita que respeitar a natureza e gerar benefícios socioeconômicos duradouros à população são pontos essenciais para um projeto bem sucedido.

Resíduos sólidos têm tratamento especial

Projeto Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero revela visão de empresa sobre boas práticas ambientais e torna-se referência na construção civil

Na teoria, desenvolvimento sustentável é um termo que já se tornou corriqueiro em qualquer segmento. Mas, na prática, o desafio tem sido utilizar os recursos naturais de forma consciente e com racionalidade, de modo a atender as necessidades da geração atual e garantir as das gerações futuras. “No setor da construção civil, talvez a chave para isso esteja em fazer uso de tecnologias disponíveis no mercado para melhorar as práticas construtivas, reaproveitar resíduos e materiais na edificação de empreendimentos e reduzir o desperdício”, diz o diretor executivo da Pontal Engenharia, Ivo Corrêa Faria. Segundo ele, trata-se de iniciativas simples de cunho ambiental, que em operação garantem retorno à empresa, ao meio ambiente, ao cliente e a outros públicos envolvidos no processo.

A clássica frase ‘na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma’, de Lavoisier – considerado o pai da Química –, pode muito bem ser aplicada a esse contexto. Apesar de antiga, seus pressupostos se enquadram na realidade vivida pelo setor da construção civil nos dias atuais. O melhor exemplo

está nas ações de reaproveitamento de resíduos sólidos das obras. Restos de argamassas, tijolos, concretos, entre outros, são processados e se transformam em insumos na composição de argamassas para fabricação de blocos e canaletas de concreto, rebocos e contrapisos.

Práticas como essas fazem parte da rotina de trabalho da Pontal Engenharia, construtora goiana, pioneira na adoção de medidas visando a redução e reaproveitamento de resíduos. Em 2007, a empresa implantou o projeto Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero, e com ele já conquistou vários prêmios nacionais e regionais, face aos diferenciais socioambientais, econômicos e de qualidade propostos. Na busca pela melhoria contínua de seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), a meta da empresa é zerar o descarte de resíduo classe A das obras. Estes seriam reaproveitados em sua totalidade e voltariam ao processo de produção, efetivando na prática o conceito da logística reversa.

O projeto está embasado na prática dos 5R’s, sendo quatro deles oriundos do PDCA (sigla em inglês, cuja tradução significa: Planejar, Executar, Verificar, Ajustar), acrescido do “R” relativo a Repensar. Trata-se de um método iterativo de gestão, utilizado no controle e melhoria de processos e produtos. De acordo com a engenheira de Segurança e Meio Ambiente, Grace Cury, com o Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero houve avanço ainda na produtividade, na qualidade do produto final e na redução de custos operacionais.

Durante a etapa de edificação de uma de suas obras, a construtora economizou 600 metros cúbicos de areia. No geral, conseguiu-se reduzir 1 centímetro na espessura média do reboco, tanto interno quanto externo, conferindo qualidade ao acabamento e redução de insumos. O resultado final apontou uma redução de custos de aproximadamente R\$ 300 mil em apenas um empreendimento. Nele, foram gerados 46,48 quilos de resíduos por metro quadrado construído, número que é 68,18% menor do que a média no Brasil, que é de 150 quilos por metro quadrado.

“É preciso fazer uso de tecnologias disponíveis no mercado para melhorar as práticas construtivas, reaproveitar resíduos e materiais na edificação de empreendimentos e reduzir o desperdício”

Ivo Corrêa Faria
Diretor executivo da Pontal Engenharia

O processo - Após serem recolhidos e selecionados, os resíduos que pertencem à chamada classe A vão para uma mini usina, onde são triturados e retornam como matéria-prima ao processo produtivo. Esses resíduos, considerados não perigosos e não inertes (que não mudam a composição ao longo do tempo), constituem-se em canaletas, blocos, pedras, argamassa e afins. Entre outras vantagens do processo de reaproveitamento está a possibilidade de substituir os tijolos cerâmicos pelos blocos de concreto, produzidos com resíduos da obra, eliminar a caçamba de entulho, diminuir a geração de resíduos e, por conseguinte, demandar menos recursos naturais.

O agregado de materiais resultante da trituração pode ainda ser empregado na fabricação de concreto não estrutural, usado para enchimento e regularização de lajes e pisos, bem como para isolamento térmico e acústico. Um triturador e uma máquina bloco instalados no local da obra são capazes de fabricar na hora esses tijolos. A madeira de construção, após ser reutilizada em andaimes e bancos, é doada para reutilização em fornos da indústria cerâmica. Metais e papéis são recolhidos e destinados à reciclagem.

Resíduos da construção civil retornam como matéria-prima ao processo produtivo, conforme preconizado pelo projeto Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero

Classificação dos resíduos

Classe A
Reutilizáveis como agregados ou recicláveis

Classe B
Reutilizáveis ou recicláveis para outras indústrias

Classe C
Não possuem tecnologias viáveis que permitam a reciclagem

Classe D
Perigosos ou contaminados

Fonte: Conama

Preservar é um bom negócio

APA do Ribeirão João Leite integra ações que aliam conservação ao desenvolvimento de negócios sustentáveis

Por José Antônio Cardoso



EDMAR WELLINGTON

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ribeirão João Leite, em Goiás, está ajudando municípios da região Metropolitana de Goiânia a conciliar progresso com preservação. As ações envolvem cuidados com os recursos naturais, uso compatível do solo e melhoria da qualidade de vida, num território de 766 quilômetros quadrados da Bacia Hidrográfica do João Leite.

Criada em 2002, a APA do Ribeirão João Leite integra os municípios de Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Nerópolis, Ouro Verde e Terezópolis de Goiás, com população total estimada em 1,8 milhão de habitantes (IBGE/2013).

Fundamental para o abastecimento de água na região, na APA está construída a Barragem do Ribeirão João Leite (manan-

cial afluente do Rio Meia Ponte, componente da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba). A obra formou um grande lago que circunda as cidades, banhando, inclusive, um dos 'pulmões' metropolitanos, o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco.

Com o desafio de promover condições para que os moradores desenvolvam atividades sustentáveis, o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite envolve parceiros em ações focadas na educação ambiental, orientação econômica e fomento do turismo ecológico.

A Barraca do Empreendedor, Projeto Nascentes Vivas (neutralização do carbono), Programa de Coleta de Embalagens (defensivos agrícolas) e o Circuito Turístico da APA do João Leite são algumas das ações já desenvolvidas, com a participação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Goiás).

Neri Ferlin produz verduras e frutas sem a utilização de agrotóxicos na APA do João Leite



EDMAR WELLINGTON

Estudante Amabile Bastos dos Anjos participa de projeto de desenvolvimento sustentável da APA do Ribeirão João Leite, em Terezópolis-GO

Incentivo – Segundo Larissa Ribeiro, gestora do projeto da APA do João Leite, o Sebrae Goiás atuou como agente de organização do consórcio para, posteriormente, ajudar a implantar os projetos e programas. “Incentivamos também a aprovação da Lei Geral Municipal da Micro e Pequena Empresa, o fortalecimento da produção orgânica e promovemos capacitação empresarial”, explica.

Um documento que mostra diretrizes para a implantação de indústrias não poluentes na APA será entregue ao consórcio pelo Sebrae Goiás, para incentivo aos negócios sustentáveis na região. “A Prefeitura de Terezópolis, por exemplo, recebeu consultoria do Sebrae Goiás na construção do seu planejamento estratégico, que é outra parceria que podemos realizar com as cidades”, ressalta Larissa.

Consultor do Sebrae Goiás, Emiliano Lôbo de Godoi lembra que, para 2014, o projeto deve investir na implantação do ISSQN Verde (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para empresas não poluentes, linhas verdes de financiamento, Circuito

Ambiental, Programa Municipal Produtor de Água e no Programa de Neutralização de Carbono para eventos municipais.

As nascentes da APA continuarão sendo recuperadas, como aconteceu no Córrego do Macaco, em Terezópolis (a 30 km de Goiânia). A nascente foi a primeira a receber o plantio de árvores (1,5 mil mudas) na recomposição da vegetação nativa do Cerrado. “Outras seis nascentes serão recuperadas, com mais seis mil mudas de árvores”, destaca Emiliano.

Outro produto desenvolvido em parceria com o Sebrae Goiás é a ciclotrilha do Circuito Turístico da APA do João Leite, com percurso original de 180 km, percorrendo os municípios de Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Campo Limpo, Nerópolis e Ouro Verde de Goiás. A trilha segue estradas vicinais, passando por belas paisagens da APA, com trajeto recomendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Segundo Emiliano, o Sebrae Goiás identificou potenciais empreendedores na região, com destaque para produtores de hortaliças, frutas, verduras, farinha, leite e doces, que

podem compartilhar conservação ambiental, com atividade produtiva e turismo.

Campo limpo – O Programa de Coleta de Embalagens (defensivos agrícolas) também já promoveu várias ações na APA do João Leite, em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev). O objetivo é orientar produtores rurais sobre o uso de equipamentos de proteção individual adequados, a tríplex lavagem (forma correta de higienização das embalagens de agrotóxicos) e o descarte.

Para Acilamar Vilela, coordenadora de Operações da Inpev para Goiás e Distrito Federal, a ação compromete as famílias agricultoras para o recolhimento de embalagens. “O recebimento itinerante (Dia Nacional de Campo) facilita o acesso do pequeno produtor para a devolução.”

O recolhimento de embalagens vazias de defensivos no Brasil chega a 94% - dados do Inpev. A coordenadora explica que Goiás possui oito centrais de recolhimento e 17 postos. O Inpev representa 89 indústrias fabricantes de insumos agrícolas no país, e mais 10 entidades de classe.

Mudança climática põe natureza em desequilíbrio

Poluição, perda de ecossistemas e redução da qualidade de vida decorrentes das alterações no clima ameaçam a vida na Terra. O esforço para reduzir gases do efeito estufa exige compromisso de todos, do Brasil e do mundo

No último semestre de 2013, foram produzidos no Brasil e no mundo diversos documentos pontuando o cenário ambiental. Eventos importantes aconteceram no período, entre conferências e estudos sobre mudanças climáticas e tendências para os próximos anos. As empresas ganharam destaque no contexto, ao serem analisados os impactos ambientais decorrentes de suas atividades produtivas, bem como os causados pela ação humana no planeta. O que se extraiu de todos eles é a unanimidade quanto às previsões sobre os perigos a que está exposta a humanidade, diante das alterações no padrão do clima e o tamanho do passivo ambiental acumulado durante anos por gerações e gerações.

Com a oferta de recursos naturais em queda e as emissões de gases do efeito estufa em ascensão, os cenários ambientais apontam para a piora na qualidade de vida das pessoas e maior vulnerabilidade das empresas, sujeitas à escassez de recursos de que não podem abrir mão. Estudos recentes indicam que em 2050 o mundo precisará de recursos equivalentes ao dobro dos disponíveis na Terra. No dia 20 de agosto de 2013, a Global Footprint Network informou que completou o prazo (menos de oito meses) em que o mundo consumiu os recursos naturais que deveriam bastar para um ano todo, ou seja, a "pegada ambiental" global aumentou.

Com base na demanda atual, estima-se que em 2050 o mundo precisará de recursos equivalentes ao dobro dos disponíveis na Terra



A esses problemas, outros se impõem: O crescimento populacional no planeta, estimado para chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050, potencializa a demanda de consumo. Os próprios hábitos de consumo, condicionados a uma cultura consumista e de desperdício, seguem em ritmo muito além do que a natureza pode prover. Nesse cenário, há que se considerar ainda as necessidades de acesso a bens primários, como buscam os países pobres e os em desenvolvimento, muitos deles com suas populações carecendo do essencial, como água e saneamento básico. Crescem as disputas pelo direito e uso da água, fazendo acreditar na projeção de um déficit global da ordem de 40% dos recursos hídricos, considerando a demanda prevista e a oferta em 2030.

Relatórios de clima - Mesmo contendo divergência na interpretação de alguns indicadores, os relatórios de clima são unânimes ao afirmarem que a temperatura pode chegar a níveis insuportáveis neste século. "A atmosfera e o oceano aqueceram, diminuiu a quantidade de neve e de gelo, o nível do mar subiu e a concentração de gases do efeito estufa aumentou", pontuou o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), publicado em setembro pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Outro documento recente, o Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) traz à tona uma nova dimensão do problema, que são os prejuízos à saúde física e mental que as alte-

rações no padrão climático podem acarretar. O documento, disponível na internet, relata as pesquisas na área e sintetiza as principais tendências climáticas que deverão prevalecer nas próximas décadas.

Estima-se um aumento de temperatura da ordem de 5°C a 6°C para a Amazônia, redução das chuvas em 20% no Nordeste, enquanto que o Sul e o Sudeste enfrentarão extremos de precipitação – o que pode ser associado a uma frequência maior de desastres naturais: chuvas intensas, deslizamentos, enchentes. As chuvas poderão se concentrar em poucos meses do ano. Mais chuvas em menos dias – com períodos secos e quentes nos intervalos. "É importante destacar que não se trata de previsões. São projeções derivadas de cenários", diz o climatologista José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Nas comemorações de seus 40 anos, em setembro de 2013, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) reconheceu que o grande desafio imposto pelos novos tempos será crescer com sustentabilidade, conciliando desenvolvimento com preservação ambiental. A saída apontada pela empresa é incrementar tecnologias que causem menor impacto ao meio ambiente e incentivar a recomposição dos recursos naturais. No estudo Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil, publicado em 2008, já se previa fortes prejuízos para algumas culturas, como a do milho, arroz e mandioca, e uma profunda alteração na geografia da produção agrícola brasileira.

O impacto da utilização da biodiversidade e dos ecossistemas será economicamente contabilizado

"Matriz energética brasileira possui vantagens competitivas e reúne aspectos diferenciais para levar o país a posição de destaque numa economia de baixo carbono"

José Goldemberg

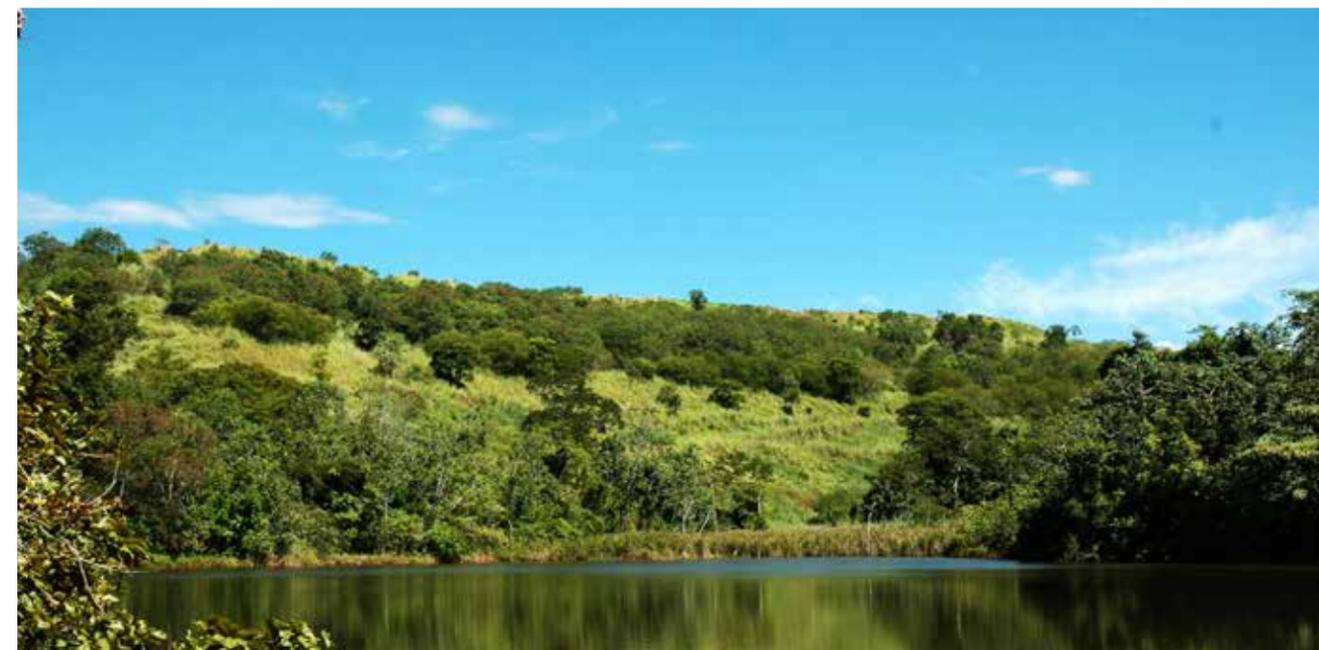
A possibilidade de uma matriz energética limpa e renovável deveria ser o centro da estratégia brasileira, dizem os analistas de clima

Áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos podem não estar mais aptas ao plantio bem antes do final do século, diz a pesquisa.

Economia de baixo carbono - A notícia do desmatamento na Amazônia, que voltou a crescer em 28%, chamou a atenção para falhas no monitoramento e na gestão do governo sobre o patrimônio natural do país. Foram desmatados 2.007 quilômetros quadrados na Amazônia Legal em um ano, segundo o Imazon. Aos quais se acrescentam 1.155 quilômetros quadrados de florestas degradadas no período. Tudo se traduzindo em 100 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). Contraditoriamente, um balanço oficial de cinco anos (2005-2010) dizia que o desmatamento era o único setor em que se haviam reduzido (em 65%) as emissões de gases do efeito estufa.

"O contexto atual já é suficiente para que as empresas obtenham benefícios presentes por gerenciarem seus impactos sobre o clima"

Marina Grossi



Por outro lado, o Brasil continua a importar gás natural para geração de energia, petróleo e derivados. Ao participar do seminário "Diálogo Brasil-União Europeia: Negociações Comerciais e a Construção de uma Economia de Baixo Carbono, promovido pelo Instituto Ethos, o físico José Goldemberg apresentou dados científicos mostrando as vantagens competitivas da matriz energética brasileira, que reúne aspectos diferenciais para ocupar posição de destaque numa economia de baixo carbono, mas não está tirando partido dessa situação. "Somos uma das nações com maior porcentagem de fontes renováveis no mundo, com 47% do total, ficando atrás apenas da Noruega e da Suécia, que têm cerca de 50% em hidroelétricas e biomassa, respectivamente", ressaltou o físico.

O jornalista Washington Novaes destacou que o Brasil tem tudo o que o mundo sonha: um território continental, que permite plantar e colher durante o ano inteiro; quase 13% da água que corre sobre a superfície da Terra – privilégio este acrescido das reservas aquíferas subterrâneas, como o Guarani e Alter do Chão. "Temos, no mínimo, 15% da biodiversidade mundial, e esta é a grande riqueza do futuro, porque é dela que virão novos alimentos, novos medicamentos, novos materiais para substituir os que se esgotarem", diz o jornalista.

A possibilidade de uma matriz energética limpa e renovável leva os analistas ambientais a afirmarem que o Brasil dispõe de recursos naturais para fazer disso o centro de sua estratégia. Uma estratégia que o coloque em posição privilegiada, capaz de assegurar a conservação de sua biodiversidade, da água, do clima e dos

recursos energéticos. Eles também alertam que o país precisa se engajar plenamente nas discussões sobre o regime de compensação a perdas e danos (*loss & damage*), sobretudo pela vulnerabilidade a que está sujeita sua economia, ancorada na agricultura, um dos setores mais afetados pelas mudanças climáticas.

No mesmo seminário, Júlia Tauszig, da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), pontuou que a questão política está mais avançada do que a comercial. "Precisamos evoluir nos acordos setoriais e ampliar o conhecimento geral", disse ela, ao mencionar que representa um setor que tem hoje quase 7 milhões de hectares com florestas plantadas e toda celulose produzida tem sua origem nelas. "A área sequestra 1 bilhão de toneladas de CO₂, uma informação pouco difundida e não utilizada até o momento como vantagem competitiva para o país", ressaltou.

Para o economista-chefe da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, as políticas adequadas na área do clima não terão repercussões negativas na economia – embora possa haver ganhadores e perdedores. E não será preciso inventar novas tecnologias, as atuais bastam. Mas é preciso ter mais eficiência energética, seja nos lares, seja na indústria. Ele defende a proibição de mais usinas a carvão e a contenção de emissões de metano, até mediante substituição das fontes emissoras, e eliminar subsídios para o consumo de combustíveis fósseis, hoje em US\$ 0,5 trilhão por ano, US\$ 110 por tonelada de dióxido de carbono.

Setor privado - De acordo com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento

to Sustentável (CEBDS), apesar das incertezas quanto ao futuro das regulamentações e pressões de mercado, o contexto atual já é suficiente para que as empresas obtenham benefícios presentes por gerenciarem seus impactos sobre o clima. Os resultados podem ser divididos em duas categorias: retornos tangíveis pela redução de custos ou aumento de receita, ou retornos intangíveis relacionados à melhoria da reputação, minimização de riscos e um melhor preparo para enfrentar

ponibilidade de bens e a demanda. No entanto, o salto para um modelo sustentável não é uma questão simples para as empresas, principalmente, as transnacionais, que são forçadas a pressionar sua cadeia de negócios, por meio de seus fornecedores de produtos e de serviços.

O ponto central é saber o que as empresas estão fazendo e o que deveriam fazer diante do cenário das mudanças climáticas. O primeiro fator a considerar é o interesse que demonstram em apurar e gerenciar suas emissões.



futuras restrições às emissões. A presidente do CEBDS, Marina Grossi, diz que em breve estará em vigor uma nova legislação para regular e cobrar o uso dos recursos naturais. O impacto da utilização da biodiversidade e dos ecossistemas será economicamente contabilizado, passando a fazer parte da estratégia de negócios de empresas que tenham a ambição de permanecer no mercado no longo prazo.

Os problemas decorrentes das alterações climáticas afetam profundamente o ambiente de negócios e os empresários estão cada vez mais conscientes disso. O setor privado está no epicentro de toda estratégia de mitigação das mudanças climáticas e se vê cobrado pela sociedade a rever seus modos de produção, seus sistemas de gestão ambiental e suas projeções de lucro.

Assim, a sustentabilidade começa a determinar um padrão de funcionamento, que obriga todos os atores a encontrarem mecanismos para fazer a sua parte. Muitas empresas já examinam como as mudanças climáticas podem impactar sua produção e suas operações, a dis-

“Seja por pressão do consumidor, que está mais consciente, seja por demanda do setor financeiro, que está mais atento aos riscos inerentes aos processos produtivos, ou, ainda, em cumprimento a exigências legais, as empresas estão muito mais atentas às questões socioambientais”, diz a coordenadora adjunta do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rachel Biderman Furriela. “Mas ainda não é possível perceber uma agenda estruturada, capaz de alinhar as grandes companhias e cadeias de suprimentos a objetivos claros e ordenados de mitigação das mudanças climáticas”, enfatizou.

A indústria - Pela avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os diversos estudos realizados dão conta de que os principais emissores de gases do efeito estufa no Brasil residem nas queimadas e no desmatamento, sobre os quais Mário Cardoso, da Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, lembra: “ao contrário da indústria, não geram riqueza e nem emprego,

Perda de ecossistemas pode comprometer o desenvolvimento do Brasil e tirar-lhe competitividade frente a outros países

e causam danos que vão além do clima, como perda de biodiversidade e ameaça aos corpos hídricos”. Dentre os setores produtivos, a agropecuária é a atividade que mais impacta no quadro de mudanças climáticas. A indústria, por sua vez, contribui com cerca de 10% das emissões totais, número que revela também o baixo nível de industrialização do país.

Para a CNI, as ações voltadas à redução do desmatamento e das queimadas apresentam uma melhor relação custo-benefício no combate às mudanças climáticas. As que visam melhoria da eficiência energética, de modo geral, também podem representar redução de emissões a um custo menor. “É preciso ter um olhar para dentro, sempre buscando as oportunidades de melhoria nos processos produtivos por meio da inovação, e outro para fora, analisando os impactos das medidas de redução de emissões na competitividade da indústria brasileira”, diz Mário Cardoso. Para ele, não haverá alteração no cenário das mudanças climáticas por conta somente de ações brasileiras, outros países precisam estar engajados nas metas de redução de gases do efeito estufa. A China, por exemplo, que tem sua matriz energética baseada em carvão mineral e petróleo, ameaça a competitividade da indústria brasileira com produtos mais impactantes ao meio ambiente que os similares nacionais.

Em Goiás, onde a atividade industrial cresceu significativamente nos últimos anos, atraída pelo potencial de recursos naturais da região e por política de isenção fiscal praticada pelo Estado, a busca por informações sobre mecanismos de produção mais limpa cresceram. É o que relata Elaine Farinelli do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Fieg, para quem o gerenciamento eficiente dos processos produtivos gera um ganho econômico para as empresas e vem acompanhado do ganho ambiental.

Visando atender a essa demanda, a CNI lançou em 2010, o documento Estratégias Corporativas de Baixo Carbono, que auxilia as empresas na sua gestão de carbono e, junto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o programa Capacitação em Inventários Corporativos de Gases de Efeito Estufa, lançado em 2012, que até o momento capacitou cerca de 500 técnicos em 18 cursos realizados.

O conceito de ecoeficiência preconizado pelo Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development – WBCSD*) ensina como criar mais valor com menos impacto, seus pressupostos são: redução do consumo de materiais com bens e serviços, redução do consumo de energia com bens e serviços, redução da dispersão de substâncias tóxicas, inten-

sificação da reciclagem de materiais, maximização do uso sustentável de recursos renováveis, prolongamento da durabilidade dos produtos, agregação de valor aos bens e serviços.

O que está em questão é a velocidade com que essas mudanças serão operadas, diante da urgência com que precisa ser enfrentado o problema da redução das emissões de gases do efeito estufa na atmosfera, opina o jornalista Washington Novaes. Para ele, falta ao Brasil e aos brasileiros a consciência da gravidade da situação.

O governo - O avanço registrado no Brasil, nas últimas décadas, se deu mais em termos de consciência ambiental da sociedade e muito menos em termos práticos, na opinião de Washington Novaes. “Equivocadamente, a visão do governo sobre o meio ambiente é apartada da área econômica, política, social e cultural de nosso país, quando o correto seria considerar todos os fatores, pela correlação que têm”, diz ele. Apesar de considerar acertada a retomada do país aos termos do Protocolo de Kyoto, de 1997, ele lembra que até aqui, nada avançou. “Desde Kyoto, o Brasil só tem aceitado compromissos voluntários de baixar suas emissões, quando seriam necessárias medidas obrigatórias diante do cenário atual”, alerta. No documento, o Brasil propõe que todos os países assumam compromissos de reduzir suas emissões proporcionalmente ao que emitiram ao longo de mais um século, somado ao que emitem hoje.

Mesmo estando entre os países mais suscetíveis às mudanças climáticas, as políticas públicas adotadas pelo Brasil estão muito atrasadas quanto a isso, opina Washington Novaes. “O Brasil peca pela falta de articulação entre as pastas ministeriais e de coerência entre as políticas públicas em clima e os planos nacionais de desenvolvimento”. Ele considera que as questões ambientais são tratadas de forma isolada e insuficiente e critica o fato de o Ministério do Meio Ambiente continuar com orçamento ínfimo, de apenas 0,5% do geral, desprovido de recursos para alavancar medidas até mesmo de caráter emergencial.

A mitigação dos gases do efeito estufa exige que cada um faça a sua parte e encontre mecanismos que levem o país a uma economia de baixo carbono. Responsabilização dos entes geradores, monitoramento eficiente, prioridade para matrizes energéticas limpas, combinados com o potencial de recursos naturais existentes, são os ingredientes necessários a um plano estratégico de longo prazo. Plano este que seja capaz de fortalecer o Brasil externamente, frente a outros países, e, internamente, proporcionar à sua população acesso a um patrimônio que é dela por direito, mas que está a cada dia mais longe de seu alcance.

“O Brasil peca pela falta de articulação entre as pastas ministeriais e de coerência entre as políticas públicas em clima e os planos nacionais de desenvolvimento”

Washington Novaes

Cenário é de insustentabilidade

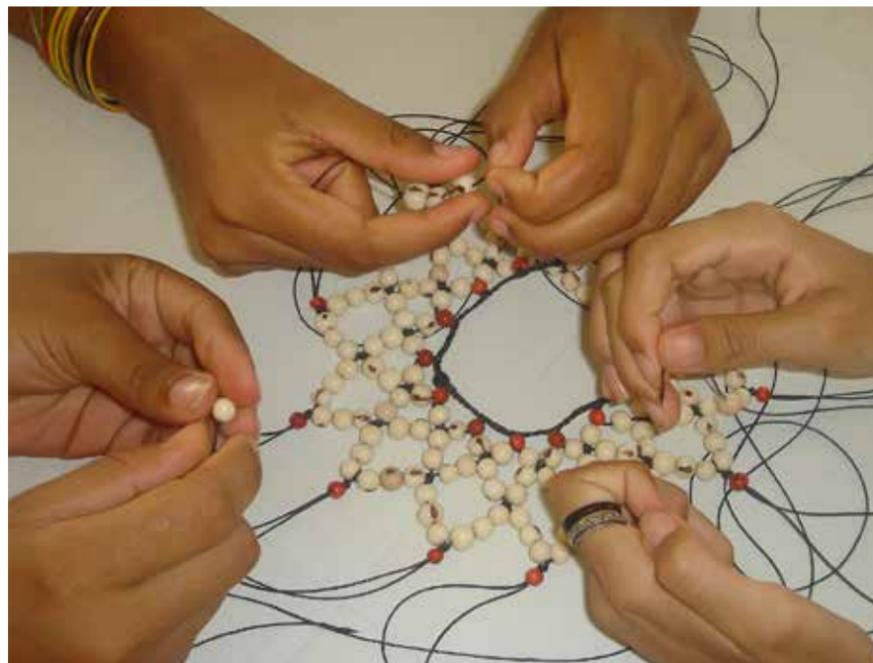
Alterações climáticas, extinção de espécies, perda de ecossistemas, poluição e padrões de consumo aliados ao crescimento populacional colocam o mundo em cheque. Não faltam evidências quanto à possibilidade de que a qualidade de vida humana na Terra sofrerá uma degradação substancial até o ano 2050.

Lei de incentivo à cultura beneficia comunidade

A oportunidade de realizar a compensação fiscal com parte do ICMS levou empresa a investir em projetos culturais voltados para públicos de todas as idades

Em 2013, a Goiarte Soluções Construtivas em Concreto consolidou parceria com a Mito Projetos Socioculturais visando desenvolver iniciativas que proporcionem inclusão social, cultura e lazer para a comunidade. Ao longo do ano, a Goiarte investiu sistematicamente em projetos aprovados na Lei Goyazes, de incentivo à cultura, por meio da compensação fiscal de parte de seu ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Ao todo, foram realizados sete projetos, envolvendo o trabalho de dezenas de artistas, grupos e produtores culturais, e dinamizando o setor da economia criativa.

Se pelo lado de artistas e produtores a parceria viabilizou trabalho, renda e divulgação de seus produtos, pelo lado do público foi uma oportunidade para conhecer o artesanato goiano e assistir a shows e espetáculos teatrais e circenses. Os projetos contemplaram também oficinas artísticas, voltadas para crianças e jovens. A iniciativa deu à empresa, por sua vez, condições de estabelecer relacionamento com públicos de todas as idades, aliando sua marca a eventos que valorizam a história e os costumes locais.



Iniciativa valoriza artesanato e dinamiza economia criativa com benefícios para diversos segmentos

PROJETOS REALIZADOS

Goiânia mostra artesanato – Em 2013, o evento entrou em sua 4ª edição e é reconhecido por difundir o artesanato local e dar ao público a oportunidade de apreciar trabalhos criativos e inovadores, muitos, inclusive, feitos com base no reaproveitamento de resíduos. A programação contou com exposição, feira de trabalhos e oficinas interativas, teatro, música e circo. Participaram 50 artesãos e o público foi de aproximadamente 4 mil visitantes.

Lixo ritmado – De forte caráter social, este projeto envolve música e ritmo, e é voltado para jovens de famílias de baixa renda, que participam de bloco de percussão utilizando instrumentos feitos com materiais reciclados e reaproveitados. Antes denominado Lixo Ritmado, Batuque Reciclado, o projeto existe desde 2006 e ultrapassou a marca de 1 mil jovens atendidos.

Baque do Cerrado – O projeto acontece no Circo Lahetô, em Goiânia, e atende aproximadamente 40 adolescentes, reunidos em oficinas para construir instrumentos musicais tradicionais, como tambores, chocalhos e chequerês. Na segunda etapa do projeto é formado um bloco de percussão que ensaia ritmos afro-brasileiros, com ênfase no maracatu.

Da pá virada – O projeto nasceu da vontade de interagir de forma lúdica, alegre e provocativa o lado “moleque” que habita a alma do povo brasileiro. Trata-se de um show que reúne diversos músicos para celebrar a música afro-brasileira e percorrer em turnê a Capital e as cidades goianas de Pirenópolis, Cidade de Goiás, Anápolis e Caldas Novas.

Circus Pinne Magique – O nome do projeto é alusivo ao grupo Pinne Magique, que trabalha com performance circense e que teve na iniciativa da empresa a oportunidade de

viabilizar o espetáculo Amores, cujo roteiro passa pelo universo das relações humanas. O projeto está em fase de ensaio e preparação de cenário, figurinos e trilha sonora, com estreia prevista para março de 2014.

Música e bambu – Focado na realização de oficinas de construção de instrumentos musicais de bambu para alunos da Associação Pestalozzi de Goiânia. O aprendizado vai desde a coleta adequada do bambu ao seu tratamento. Na segunda etapa do curso são ministradas aulas de iniciação musical para que os participantes aprendam o básico de como tocar os instrumentos. O evento ocorrerá no primeiro semestre de 2014.

Carnaval e bloco do Largo do Rosário – Uma forma de resgatar tradições carnavalescas da antiga capital goiana. O evento reúne blocos tradicionais da Cidade de Goiás, entoados por marchinhas de carnaval.



Amianto Crisotila

A preocupação da SAMA com o meio ambiente envolve diversas áreas de atuação, entre elas a destinação adequada dos resíduos e a redução do consumo de água. Todos os processos internos visam o respeito ao meio ambiente e a vida. É a SAMA cumprindo seu compromisso com a sustentabilidade!

Certificações atestam nível de gestão

Normas seguidas pela Refrescos Bandeirantes indicam a qualidade do modelo de gestão adotado pela companhia e fortalecem o relacionamento com os *stakeholders*

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos processos de gestão, a Refrescos Bandeirantes se submete periodicamente a vários procedimentos normativos, dentre eles, os que atestam sua conformidade na avaliação dos produtos Coca-Cola, exigidos pela *Société Générale de Surveillance – SGS* e Coca-Cola Brasil.

Em 2013, a companhia conseguiu resultados de excelência nas suas certificações, atestados por meio de auditorias internas e externas. Fazem parte do rol de normas a NBR ISO 9001:2008, relativa ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo a qual a empresa está habilitada a fornecer produtos e serviços que atendam as exigências e requisitos demandados por seus clientes. Para Raqueline Vasconcelos, coordenadora da área de Qualidade, “a melhoria nos processos significa uma transformação na cultura corporativa, ao estabelecer um compromisso real com a qualidade dos produtos e serviços que levam a marca da empresa”.

Na área ambiental, a Refrescos Bandeirantes segue os quesitos da ISO 14001:2004, norma internacional que estabelece as melhores práticas a serem adotadas na condução do Sistema de Gestão Ambiental. De acordo com o gerente de Comunicação e Sustentabilidade, Douglas Lacerda, “ter uma gestão eficaz é pensar no meio ambiente com uma visão global, estabelecendo procedimentos operacionais e de monitoramento devidamente planejados”.

A companhia é certificada na área de Saúde e Segurança no Trabalho, por meio da OHSAS 18001:2007. Trata-se de uma norma que permite gerenciar os riscos operacionais. Oferece orientações sobre o desempenho de atividades, levando em consideração a prevenção de acidentes, a redução de riscos e o bem-estar dos colaboradores.

Especificamente relacionada à cadeia produtiva de alimentos, a ISO 22000:2006, norma internacional, também é seguida pela Refrescos Bandeirantes. Além de capacitar a empresa para controlar os perigos e pontos críticos relativos à segurança de alimentos, esta cer-



Catadores de materiais recicláveis recebem equipamentos de trabalho dentro do programa de logística reversa

tificação fecha o ciclo em torno da qualidade dos produtos oferecidos pela empresa.

Logística reversa - Tema emergente na política de gestão ambiental das empresas, a logística reversa trata, genericamente, do fluxo físico de produtos, embalagens ou outros materiais, desde o ponto de consumo ao local de origem. Pela logística reversa, resíduos sólidos, como as garrafas pet, deixam de ser inservíveis e retornam ao processo de produção na condição de matéria-prima.

Fabricante e distribuidora dos produtos Coca-Cola para Goiás e Tocantins, a Refrescos Bandeirantes implantou em 2005 seu programa de logística reversa, antes mesmo de entrar em vigor a Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O programa apoia cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos estados onde a empresa mantém operações. O objetivo é recolher as garrafas pet, feitas à base de politereftalato de etileno, e reaproveitá-las no processo de produção.

O programa abrange atualmente 23 cooperativas, em um universo de 600 cooperados e 1.800 famílias. A Refrescos Bandeirantes apoia

os catadores fornecendo-lhes equipamentos de proteção individual (EPI's), incluindo camisetas, calças, luvas, aventais e botas. A ideia ganhou impulso com o programa Reciclou, Ganhou!, atualmente denominado Coletivo Reciclagem, criado em 1996 pela Coca-Cola Brasil, visando incentivar a educação ambiental nas escolas.

Coletivo Reciclagem

No Coletivo Reciclagem nada se perde. Tudo se transforma em contribuição para uma sociedade e um meio ambiente melhor. É assim desde 1996, quando o programa foi criado para estimular a reciclagem de embalagens e apoiar as cooperativas de catadores. Hoje, milhares de brasileiros têm nessa atividade sua única fonte de renda e contribuem para a formação de uma cultura de reciclagem nas próprias comunidades em que moram e de onde retiram boa parte do material coletado.

JÉSSICA DIAS ARAÚJO



Você pode exercer sua responsabilidade social com pequenos gestos, que terão um grande impacto na vida de milhares de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade! Incentive seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas a doarem o Imposto de Renda devido ao **Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Funcriança (Lei 8.069/90)**, geridos pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Imposto de Renda devido é deduzido e convertido em recursos que irão contribuir com programas de assistência social executados por entidades não governamentais de seu município.

Como aderir ao Funcriança ?

Acesse o link: www.crcgo.org.br/funcriança e saiba como aderir e como realizar o cálculo para Pessoas Físicas e Jurídicas;

É possível fazer uma simulação no Portal: <http://www.tributoacidania.org.br/>.

A Mobilização Nacional para doações ao Funcriança, é um dos oito projetos do Programa de Voluntariado da Classe Contábil – PVCC. Ele atua com o intuito de sensibilizar os profissionais contábeis sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Saiba mais: <http://voluntariadocontabil.cfc.org.br/>

Participe e exerça sua responsabilidade social!

Mais informações: CRC-GO – (62) 3240 2202



www.crcgo.org.br



MARCA empresarial

Por Márgara Morais

ALEX MALHEIROS



Garrafas pet entram na decoração de Natal

Enfeites natalinos, produzidos com garrafas pet, são um símbolo do quanto é possível ser feito utilizando-se materiais recicláveis. Nos cursos de educação continuada, ministrados pelo Sesi Goiás, a ideia do reaproveitamento é o que inspira criações originais, de diversas utilidades, como na decoração.

Conferência efetiva catadores na cadeia do lixo

A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), realizada em Brasília, em outubro de 2013, mostrou-se determinante para alavancar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável com inclusão social. A valorização dos catadores de materiais recicláveis na cadeia do lixo foi destacada nos qua-

tro eixos temáticos abordados pela conferência: 1) Produção e Consumo Sustentáveis; 2) Redução dos Impactos Ambientais; 3) Geração de Trabalho, Emprego e Renda; 4) Educação Ambiental. O evento reuniu 1.352 delegações. Goiás foi representado por 40 delegados, sendo 12 do setor empresarial, 18 da sociedade civil e 10 do setor público.

Conceito de “sustentabilidade”, por quem o criou

O sociólogo britânico John Elkington é considerado um dos precursores da responsabilidade social e ambiental nas empresas. Nos anos de 1990 ele formulou o conceito *triple bottom-line* (tripé da sustentabilidade ou linha de base tripla), que mede o resultado de uma companhia por 3 aspectos indissociáveis: ambiental, econômico e social. As empresas em seus relatórios e balanços de

responsabilidade social seguem essa diretriz. Ao conceito postulado por John Elkington, a sociedade agregou o princípio do “culturalmente diverso”, reportando-se à Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Assim, pressupõem-se sustentável algo que seja: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.



SEBASTIÃO JACINTO JÚNIOR

Indústria avança no debate sobre sustentabilidade

Lideradas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as federações de indústria em todo o país estão debatendo a sustentabilidade, com sua incorporação à agenda estratégica do setor nos próximos anos. Em 2013 foi lançada a primeira edição do CNI Sustentabilidade, ciclo de debates que ocorrerá uma vez por ano e discutirá o uso racional e a conservação dos recursos naturais. O tema escolhido para inaugurar o evento foi “Água: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento do Brasil”.

De acordo com o Portal da Indústria (<http://www.portaldaindustria.com.br/>), com a iniciativa, a CNI retoma e aprofunda as discussões e propostas apresentadas pelo setor industrial na Rio+20. “O gerenciamento corporativo da água é essencial para mantermos a geração de energia, o desenvolvi-

mento industrial e a produção de alimentos sem comprometer os ecossistemas”, afirmou o primeiro diretor secretário da CNI, Paulo Afonso Ferreira, no lançamento do evento. “Essa é uma estratégia sustentável e competitiva, em que devemos investir”, ressaltou.

Na ocasião, o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, reconheceu a participação positiva da indústria e disse que esta foi a que mais avançou dentre os usuários do sistema no uso racional de água. Embora já faça uso eficiente desse recurso (a indústria devolve à natureza 79% do total captado), a CNI defende a adoção de práticas de gerenciamento racional em todas as cadeias produtivas e, com esse objetivo, está disponibilizando ferramentas gratuitas de gerenciamento de água para as empresas.

Federações de indústria no Brasil aprofundam debate sobre sustentabilidade, a exemplo da de Minas Gerais (Fiemg), que encerrou 2013 com o Seminário Internacional sobre Responsabilidade Social e Sustentabilidade

ERRATA: na edição anterior nos referimos erroneamente ao Festival Craques da Paz, realizado em Goiânia, como sendo Festival Global da Paz.

Mudanças climáticas colocam países em cheque

As questões ambientais, até bem pouco tempo atrás secundárias na pauta de negócios, do governo e mesmo da sociedade civil, estão ganhando, forçosamente, dimensão e prioridade, diante dos problemas oriundos do impacto ambiental causado pela atividade humana no planeta. O aquecimento global em curso é o tema da vez, e em torno dele gravitam as discussões sobre os parâmetros a serem adotados em relação ao que cada país terá que pagar ou retribuir por sua “pegada ambiental”. O termo é empregado para identificar o quanto cada pessoa, empresa ou país impacta o meio ambiente, cálculo este feito com base na extensão do impacto, do potencial de reversibilidade ou não deste e dos recursos naturais demandados ao final.

Washington Novaes é jornalista, documentarista, produtor e escritor; uma das autoridades mundiais da área ambiental

Nesta entrevista à revista CORES, o jornalista Washington Novaes, uma das autoridades mundiais da área ambiental, fala sobre o meio ambiente e seu cenário atual. Ele expressa preocupação quanto ao impasse sobre os parâmetros para se medir o impacto ambiental e seu passivo, temendo que a demora dos países na tomada de decisões signifique a irreversibilidade na solução de problemas cruciais. Em sua trajetória de mais de 50 anos de jornalismo, Novaes teve a oportunidade de representar o Brasil em fóruns nacionais e internacionais. Desenvolveu estudos e realizou documentários sobre temas capitais de nossa Era. Seu portfólio agrega inúmeros prêmios, medalhas, condecorações e homenagens pela relevância de sua obra.

Como está o cenário mundial no tocante à redução de gases do efeito estufa?

No último grande evento da área ambiental, a COP19 (19ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), em Varsóvia, na Polônia, mais uma vez não se conseguiu fechar um pacto global entre os países sobre a redução nas emissões de gases do efeito estufa, que continua a crescer no mundo. Os compromissos não avançaram, mesmo diante dos relatórios alarmantes sobre o aquecimento global e as mudanças no clima. Ninguém quer pagar a conta. Os países desenvolvidos dizem que é preciso dividi-la com os emergentes, que já emitem mais gases do efeito estufa que eles, industrializados; emergentes e outros países mais pobres, por sua vez, entendem que os primeiros é que devem pagar, já que emitem há mais tempo, desde a revolução industrial, no século 19, e o desenvolvimento deles é resultado de uma maior demanda de recursos naturais e, conseqüentemente, de maior emissão de gases do efeito estufa.

Por que os países resistem em reduzir suas emissões?

Os países ricos continuam focados no crescimento econômico, tentando postergar o enfrentamento do problema do aquecimento global. Outros, como a Índia e a China, alegam que não têm como frear suas emissões, porque precisam avançar no atendimento às necessidades básicas de suas populações. A Índia tem 400 milhões de pessoas sem acesso à energia elétrica, e esta, quando obtida, vem principalmente do carvão, que faz parte da matriz mais poluente, que é a dos combustíveis fósseis. A China, mesmo detendo a maior população do plane-

ta e ser hoje o maior emissor, transfere a responsabilidade para os Estados Unidos, que historicamente ostenta o mais elevado nível de consumo entre todos.

Qual a posição do Brasil na última conferência do clima?

O Brasil voltou a uma posição de 1997, quando do Protocolo de Kyoto, cujos parâmetros sobre a emissão de gases do efeito estufa seriam calculados conforme o tamanho do estrago provocado da revolução industrial aos dias atuais. Os países seriam avaliados pela quantidade de resíduos concentrados na atmosfera, devendo repor ou devolver o correspondente ao dano provocado. Esta é a última posição. Mas o Brasil precisa se engajar plenamente nas discussões sobre o regime de compensação, já que é um dos mais afetados pelas mudanças climáticas, dada a vulnerabilidade a que está exposto, na medida em que sua economia está ancorada na agricultura. Há recomendações recentes da Embrapa nesse sentido. Também é preciso superar a falta de coerência entre as políticas públicas em clima e os planos nacionais de desenvolvimento.

Onde os governos mais pecam em se tratando do meio ambiente?

Precisamos de um plano macro e de cumprirmos os grandes tratados mundiais. Eles existem e precisam ser aplicados. Se se vai adotar o princípio do poluidor pagador, não basta responsabilizar os países e as empresas pelos danos ambientais causados ao ambiente, é preciso evitar o dano, de forma a atender a esse princípio. Tomando um exemplo doméstico: antes de se autorizar um "arranha céu" tem que pensar na poluição do ar, no im-

“O problema central no mundo hoje é a insustentabilidade dos nossos modos de viver. A humanidade já consome 50% mais de recursos naturais renováveis do que o planeta é capaz de regenerar”

pacto do trânsito, na água e no esgoto, e ver como a sociedade será recompensada com uma obra de tamanhas proporções. Essas questões estão sendo debatidas nos fóruns sobre cidades sustentáveis e mobilidade urbana.

Na escala de valores e direcionamento, é preciso considerar o princípio da prevenção, ou seja, atuar antes das coisas acontecerem. O Estado precisa ter políticas globais, aplicadas a todos os países e a todas as empresas, daí em diante, caberá a cada um administrar o tamanho de sua pegada de carbono. A realidade é que o Estado é grande demais e não consegue chegar aos problemas do cotidiano do cidadão, e pequeno para resolver os problemas que afetam toda a sociedade.

Como o consumo agrava a situação de escassez dos recursos naturais?

O problema central no mundo hoje é a insustentabilidade dos nossos modos de viver. A humanidade já consome 50% mais de recursos naturais renováveis do que o planeta é capaz de regenerar, sendo que menos de 20% da população mundial consome o equivalente a 80% desses recursos. Chegamos a um estágio de insustentabilidade social, 40% da população mundial não tem esgoto, mais de 1 milhão de pessoas defecam ao ar livre, 840 milhões passam fome. Há uma crise social, de falta de acesso aos recursos. Os economistas dizem que estamos vivendo a crise dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, convivemos com um elevado índice de desperdício, notadamente de alimentos; no Brasil, estima-se que 1/3 do que é produzido vá parar no lixo.

Onde estão as maiores ameaças ao planeta?

A ameaça planetária é a do clima, agravada com a elevação dos oceanos e o processo de degradação que estão sofrendo. A temperatura pode chegar a subir 6°C ao longo deste século. Mas há outros problemas decorrentes interligados, como o desmatamento de florestas. No Brasil, os relatórios recentes dão conta do crescimento da devastação em 28%, depois de quatro anos em queda. A redução dos

recursos hídricos já provoca embates sociais em vários pontos do planeta, também no Brasil, onde segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), da Bahia ao Sul os rios estão em situação crítica, contaminados pela poluição. Grande parte da população brasileira não tem rede de esgoto, os resíduos vão parar nos rios, mesmo os coletados, apenas 30% recebem algum tratamento antes de serem descartados. Se não mudar isso não tem como mexer em outras coisas.

Como a questão do lixo impacta o meio ambiente?

Temos no mundo uma geração de lixo da ordem de 1,3 quilos por dia, por pessoa. Isso é distribuído desigualmente: os mais ricos têm mais lixo do que os mais pobres. Mas isso também é um desperdício gigantesco de recursos. Uma boa política é evitar produzir lixo, reciclar o lixo produzido, seja orgânico ou seco; o orgânico, por exemplo, pode ser 100% reaproveitado, transformando-se em adubo ou ingrediente na contenção de rochas. A última coisa deveria ser a incineração. Esta é uma indústria cara, que usa altas temperaturas, causa impacto ambiental e não se justifica em termos de custo-benefício para o país. Além do mais, incentivar a incineração é fomentar a geração de lixo, pois sem ele não há o que incinerar. É uma dependência eterna e desnecessária a que o Brasil se sujeita, entrando nessa onda furada de permitir que usinas de incineração sejam instaladas, como se cogita fazer em cidades como Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Como devem se conduzir as empresas diante das questões ambientais?

Cada empresa tem que pensar que em algum momento poderá enfrentar dificuldades imensas e ser atingida por muitos anos, seja pela falta de recursos naturais ou pela poluição do ar. Por isso, é preciso que haja atitude e que o problema seja enfrentado. As empresas têm que participar desse esforço para mudar o ambiente em geral e, no âmbito de sua própria atuação, serem sustentáveis: trabalhar com menor volume de recursos naturais.

“Grande parte da população brasileira não tem rede de esgoto, os resíduos vão parar nos rios, mesmo os coletados, apenas 30% recebem algum tratamento antes de serem descartados”

Obras publicadas

Xingu (*Brasiliense*)

A quem pertence a informação (*Nova - Assessoria e Publicações*)

A Terra pede água (*Sematec/BSB*)

A Década do Impasse (*Estação Liberdade*)

www.washingtonnovaes.com.br

Centro de Terapia Intensiva é humanizado

Organização Social responsável pela administração do HGG inaugura Centro de Terapia Intensiva, projetado para oferecer um ambiente humano e acolhedor aos pacientes

Por Iris Bertoncini



Novo Centro de Terapia Intensiva do HGG eleva nível de qualidade do tratamento

Quem disse que UTI é lugar de morte? Afinal, é lá que o paciente recebe mais cuidados para a recuperação de sua saúde do que em qualquer outro lugar. Por isso, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech) imprimiram uma mudança no conceito de qualidade na rede pública ao construírem o novo Centro de Terapia Intensiva do Hospital Alberto Rassi, o CTI do HGG, em pleno funcionamento.

A obra e os equipamentos comprados para a unidade custaram aos cofres públicos R\$ 3,8 milhões, incluindo a aquisição de dez leitos. De acordo com o coordenador executivo do Idtech, José Cláudio Romero, isso foi possível graças à gestão eficiente que vem sendo realizada no hospital: "Conseguimos quase triplicar a meta de redução de recursos, sem abrir mão da qualidade", diz ele. Os equipamentos do novo CTI são modernos e permitem intervenções menores e menos dolorosas, fazendo com que o tratamento seja mais rápido e a internação reduzida.

A administração do HGG preocupou-se em oferecer ao paciente em estado grave um local claro, que tenha a sua volta elementos que tornem o ambiente agradável, diferentemente do estereótipo de lugar escuro, si-

lencioso, frio e hostil associado a uma UTI. "Nos postos de trabalho gerenciados pelo Idtech procuramos sempre oferecer o máximo de conforto, seja para os colaboradores ou pacientes. Essa qualidade é a marca da Organização Social", explica o coordenador executivo do Instituto, José Cláudio Romero.

Detalhes aparentemente simples, como a luz natural, auxiliam na prevenção de delírios e fazem a diferença. A TV distrai e ajuda a passar o tempo dos que estão em estado de consciência.

Música levanta o astral

As medidas de caráter humanitário implantadas no novo Centro de Terapia Intensiva contemplam a possibilidade de músicos voluntários do projeto Sarau do HGG realizarem apresentações semanais para os pacientes e colaboradores da instituição. O violinista Carlos Hanig e o cantor Darwinson foram os primeiros a inaugurar essa rotina. Internado por conta de uma pneumonia, o aposentado Fernando Antônio Franchi deixou as lágrimas rolar: "Música pra mim é vida", revelou o paciente, que recebeu alta no dia seguinte.



Darwinson participa do projeto Sarau do HGG

As cortinas instaladas no local mantêm a privacidade na hora do banho. No piso foi utilizada manta vinílica, que evita o ruído das macas e contribui com o silêncio no ambiente. As paredes não têm rejunte, favorecendo a higienização. Esses procedimentos fazem parte de um rol de medidas que se refletem positivamente na recuperação do paciente e que estão na base dos conceitos de humanização incorporados pelos modernos centros de tratamento.

No novo CTI do HGG estão expostas reprodução de obras de arte de pintores famosos como o espanhol Joan Miró. Os desenhos coloridos quebraram os tons neutros, dando espaço para as cores vivas e alegres do azul, vermelho e amarelo. As mudanças chamam a atenção dos visitantes e impressionam. Foi o que ocorreu com a presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), Helenir Queiroz, que comentou que o hospital dispõe de uma estrutura semelhante à encontrada em países do Primeiro Mundo. Helenir visitou a ala de terapia intensiva na ocasião do lançamento do projeto Sarau do HGG. "Fiquei duplamente emocionada ao entrar nessa UTI, por lembrar a experiência com minha filha, nos Estados Unidos, e também por ver esse nível de qualidade em um hospital público no Brasil", afirmou.

Uma empresa de práticas sustentáveis

Na Mineração Maracá Indústria e Comércio (MMIC), empresa da Yamana, a sustentabilidade é prioridade em suas ações. Em 2012, inaugurou o Centro de Educação Ambiental (CEA) em Alto Horizonte, com diversas atividades ecológicas, e nos últimos dois anos, já investiu mais de R\$ 3 milhões na preservação ambiental.



Entre as principais atividades nessa área estão:

- Tratamento de efluentes
- Programas de educação ambiental
- Conservação do patrimônio ecológico
- Gerenciamento de resíduos sólidos
- Monitoramento da qualidade da água, ar e solo
- Parceria com as comunidades locais para desenvolvimento de projetos socioambientais
- Convênios com instituições de ensino

Famílias da zona rural obtêm renda com fábrica de sabão

Óleo de cozinha usado, que iria para o lixo, é reaproveitado na fabricação de sabão. A ideia, apoiada após consulta popular, beneficia a comunidade e o meio ambiente



Donas de casa se reúnem para fabricar sabão artesanal, feito com base no reaproveitamento de óleo de cozinha

Em Crixás, município do Norte goiano, situado a 320 km da Capital, desde 2012, um grupo de donas de casa encontrou uma maneira de gerar renda para a família e de ajudar a população local a fazer o descarte do óleo de cozinha adequadamente. Elas recolhem o óleo usado e o reaproveitam na fabricação de sabão líquido, ralado e em barra. O sabão virou produto e está nas prateleiras dos supermercados da região. Aos poucos, vai conquistando o gosto da clientela. “Tivemos um aumento nas doações de óleo, depois de uma campanha de arrecadação feita na praça principal da cidade, que em três horas arrecadou

mais de 300 litros de óleo”, comemorou Vanda de Fátima Silva, coordenadora do projeto Sabão Ecológico Aquarela e presidente da Associação de Agricultores Familiar Chácara Cantinho do Céu.

O pequeno negócio está localizado na zona rural e produz cerca de 250 kg de sabão por semana. O processo é artesanal e a cada dia sai uma nova “fornada”. Para alimentá-lo e limpar a cidade desse resíduo, a associação faz a coleta de óleo nas residências e mantém parceria com restaurantes da cidade e de municípios vizinhos. Um desses fornecedores voluntários é a Serra Grande, uma das unidades da AngloGold Ashanti,

“Chamada Pública de Projetos tem como objetivo estimular a mobilização social e tornar a comunidade protagonista de seu desenvolvimento”

Rogério Carvalho Costa

Gerente de Sustentabilidade da Serra Grande



Sabão Aquarela conquista pela qualidade e por dar destinação ambientalmente adequada ao óleo de cozinha usado

que destina todo o óleo proveniente de seu refeitório, uma média de 50 litros mês, o suficiente para produzir 100 kg de sabão.

A ideia tornou-se uma realidade, graças à Chamada Pública de Projetos, iniciativa coordenada pela Serra Grande, que apoia projetos indicados pela comunidade local. O valor investido na primeira etapa, de R\$ 30 mil, foi destinado à capacitação das trabalhadoras, auxílio na manutenção de pessoal

e aquisição de equipamentos. Em 2013, o projeto foi reapresentado e recebeu o aporte de R\$ 37 mil. Os recursos serão empregados na aquisição de uma moto adaptada para a coleta de óleo, de coletores especiais, a serem instalados em diversos pontos da cidade, e nas despesas correntes.

Chamada Pública de Projetos - Iniciativa da AngloGold Ashanti, a Chamada Pública de Projetos foi implantada em todas as unidades brasileiras do grupo e tem como objetivo estimular a mobilização social e tornar a comunidade protagonista de seu desenvolvimento, explica Rogério Carvalho Costa, gerente de Sustentabilidade da Serra Grande. Na prática, a comunidade identifica as oportunidades de melhoria social, propõe, decide os projetos que devem receber o patrocínio da empresa e gerencia todos eles.

A iniciativa teve início em 2009 e está em sua 4ª edição. Somente na Serra Grande, 18 projetos receberam aporte financeiro. Um investimento que chega a quase meio milhão de reais e que já beneficiou mais de 1 mil pessoas na cidade. Suas li-

nhas de atuação são geração de trabalho e renda, saúde e educação. O processo de seleção dos projetos é composto por quatro etapas: 1) Avaliação da documentação; 2) Avaliação do conteúdo das propostas; 3) Seminário aberto para apresentação dos projetos à banca examinadora; 4) Avaliação final para definição dos aprovados. A banca examinadora é formada por representantes da própria comunidade.

IDHM em alta

O trabalho conjunto entre poder público, empresa e comunidade refletiu-se no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Crixás-GO, que obteve uma melhoria de 75% nos últimos 20 anos. Em 2010, o índice chegou a 0,708, colocando o município entre os que detêm o IDHM alto, ou seja, entre 0,700 e 0,799.

Sobre a empresa

A Serra Grande é uma das três unidades da multinacional de origem sul-africana, AngloGold Ashanti, no Brasil, e opera no município de Crixás, no Norte de Goiás, na extração e produção de ouro. Conta com uma força de trabalho de aproximadamente 1.500 profissionais, entre empregados e contratados.

Boas práticas têm reconhecimento nacional

Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, conferido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, distingue condutas socioambientais



Respeito ao meio ambiente e ao ser humano são princípios fundamentais na atuação da Toctao Engenharia. Quem visita as obras da construtora pode perceber, na prática, diversas medidas visando a contenção dos recursos naturais. Dentre elas, o uso da iluminação natural nos escritórios, de energia solar nos chuveiros dos vestiários dos trabalhadores, o reuso de água – inclusive a que goteja do ar-condicionado – e o reaproveitamento de resíduos de concreto. Restos de madeira que não têm mais condições de utilização nos processos construtivos se transformam em

mobília, como prateleiras e cabideiros. Nas obras, até horta é possível de se encontrar – e elas existem como forma de estimular a adoção de hábitos saudáveis na alimentação.

Essas medidas fazem parte do Canteiro Ecológico, o qual integra as práticas de Gestão da Responsabilidade Ambiental da Toctao Engenharia, reconhecida pelo Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, conferido pelo organismo de maior expressão do setor, que é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. “O prêmio sinaliza que estamos no caminho certo em ter a sustentabilidade como um princípio

direcionador de nossas ações. É uma premiação para toda a equipe e colaboradores que se envolveram com o meio ambiente e modificaram seu comportamento”, comentou o diretor de produção da Toctao Engenharia, Bruno Alvarenga de Menezes, que recebeu o prêmio na solenidade de abertura do 85º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em outubro. No total, 31 empresas de todo o país concorreram ao prêmio, que selecionou apenas duas. O Prêmio CBIC de Responsabilidade Social segue as diretrizes estabelecidas pela Norma Internacional ISO 26000.

Diretor da Toctao, Bruno Alvarenga de Menezes, recebe das mãos de Maria Helena Mauad, presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania da CBIC, e de Paulo Simão, presidente da CBIC, o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social

Gestão ambiental – Em 2010, a empresa implantou o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), juntamente com a adequação dos processos para a conquista da certificação pela Norma Internacional ISO 14001:2004. As práticas de respeito ao meio ambiente, que já existiam desde sua origem, foram ampliadas, sistematizadas e aplicadas em todos os processos. “Avaliamos o ciclo de vida das estruturas de canteiro e seus impactos ambientais, buscamos formas de produção mais limpa e ecoeficientes para promover a redução na geração de resíduos, readequamos nosso processo de compras e promovemos o treinamento dos colaboradores”, explica a coordenadora de Meio Ambiente, Cinthia Martins.

As medidas de caráter ambiental são adotadas de acordo com as especificidades de cada obra. Na do Novo Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade-GO, por exemplo, onde as dimensões do terreno são extensas, foi possível implantar uma central de tratamento de efluentes de esgoto sanitário, que funciona por sistema de zona de raízes. A água tratada nesse sistema recebe cloração e é reaproveitada nas bacias sanitárias. Na área de convivência dos colaboradores há bancos feitos com pneus usados. Estruturas com plantas trepadeiras, chamadas de “paredes verdes”, foram colocadas na área externa dos escritórios para gerarem sombra e com isso diminuir o tempo em que os aparelhos de ar condicionado ficam ligados.

Os pressupostos contidos na Gestão da Responsabilidade Ambiental se estendem à área social, já que as mudanças incluíram a disseminação do conceito de sustentabilidade para o público interno. O envolvimento dos colaboradores é fundamental para que o Canteiro Ecológico funcione, pois são eles que executam os processos e as normas ambientais. Em decorrência disso, momentos de sensibilização, treinamento e até premiações são promovidos com o fim de dar cumprimento aos requisitos ambientais nas obras. “O empenho foi tanto”, diz Cinthia, “que os colaboradores atingiram um nível de conscientização que ultrapassou os tapumes da obra, alcançando o meio onde vivem”.

Conhecimento compartilhado – Antes de trabalhar na Toctao, o auxiliar de serviços gerais, Herberth Paulino, de 25 anos, não tinha consciência de que o simples gesto de apagar a luz quando saía do quarto seria suficiente para reduzir a conta de energia. Ele diz que em casa adotou o mesmo sistema de seleção de lixo aplicado no canteiro de obras. “Montei as lixeiras com cores diferentes, conforme cada tipo de lixo”, explica Paulino, que está há 23 meses na empresa. Esse mesmo proce-

dimento ele levou para o sítio onde mora seu pai, no município de Rialma-GO.

O exemplo de Ronaldo Rodrigues, 36 anos, carpinteiro da obra do Novo Santuário do Divino Pai Eterno, retrata o nível de conscientização dos colaboradores. “Hoje, se eu passar na rua e encontrar um papel de bala jogado no chão, não penso duas vezes, pego e jogo na lixeira”. Há quatro anos na Toctao, Ronaldo diz ter aprendido muito. “Sempre há palestras e reuniões falando sobre os cuidados com o meio ambiente”. Nos ensinamentos repassados para a mulher e as três filhas, ele explica: “no banho, devemos desligar o chuveiro enquanto ensaboamos o corpo”.

Para Cinthia Martins, o fato de o meio ambiente estar associado às pessoas é a razão pela qual as questões afetas à sustentabilidade merecem um prêmio de responsabilidade social, como foi o Prêmio CBIC 2013.

Vida em comunidade – As pessoas que moram vizinhas às obras da empresa recebem atenção especial. Por meio do projeto Vizinho Amigo, foi implantado um programa de relacionamento que inclui o diálogo e a adoção de medidas para mitigar os impactos da construção. Dentre elas, o uso de silenciadores nas betoneiras e a programação dos horários de saída dos caminhões, a fim de não coincidir com fluxo de saída ou entrada dos moradores vizinhos.

As obras da construtora estão abertas para visitas de alunos e pesquisas acadêmicas com o fim de compartilhar com o público as técnicas de gestão ambiental e os conceitos de sustentabilidade aplicados. A empresa é procurada por alunos do Ensino Médio ao mestrado. A Toctao integra um comitê de gestão de resíduos, em parceria com outras construtoras que atuam em Goiânia. O objetivo é a troca de experiências e a busca de soluções conjuntas para situações que impactam o meio ambiente.

Certificações

O Sistema de Gestão Integrado da Toctao Engenharia é certificado pelas seguintes normas:

ISO 14001:2004
(Meio Ambiente)

OHSAS 18001:2007
(Saúde e Segurança no Trabalho)

ISO 9001:2008 e PBQP-H Nível A
(Qualidade)



Por onde começar a implantação do SGA

Por Wladisleny Duarte

O cuidado com a sustentabilidade ambiental não é um assunto novo, mas vem sendo discutido com mais ênfase nas últimas décadas. Essa consciência pode ser encontrada em períodos bem antigos da história humana. Os iroqueses da América do Norte expressavam a preocupação com as consequências que suas decisões poderiam afetar até a sétima geração de descendentes. Hoje, vislumbrando a possibilidade da escassez dos recursos naturais, a sociedade começa a repensar seus hábitos e a adquirir bens e serviços de empresas que têm compromisso com a preservação do meio ambiente. Para acompanhar essa nova tendência da sociedade, atender as exigências legais, ter competitividade e mesmo por consciência ambiental, as organizações estão atentas às suas práticas ambientais, atuando para controlar e reduzir o impacto causado por suas atividades.

As empresas iniciaram um processo de remodelação de suas ações buscando uma adequação em sua produção. Surge, então, a gestão ambiental, inicialmente vinculada ao sistema produtivo e preocupada com o controle das emissões poluidoras.

O sistema de gestão ambiental (SGA) é uma estrutura desenvolvida para que uma empresa possa, efetivamente, controlar seus impactos sobre o meio ambiente e melhorar continuamente as operações e negócios. A norma internacional dedicada ao meio ambiente é conhecida por NBR ISO 14001, e nela encontram-se definidos todos os requisitos para estabelecer e operar um SGA. Essa norma tem a capacidade de integrar tanto os interesses econômicos quanto os ambientais da empresa, prevendo uma metodologia amigável para que um SGA efetivo seja alcançado. Para fazer a implantação do SGA não é necessária a certificação, mas

a empresa poderá submeter-se à auditoria quando se sentir preparada.

Existem muitos receios no meio empresarial a respeito da implantação de um SGA e até alguns conceitos pré-concebidos, como: é caro e não dá retorno; é coisa para empresa rica; demanda muito tempo e esforço da empresa; pode ser uma ameaça, já que os problemas ambientais são expostos e passam a requerer soluções; controles ambientais exigem altos investimentos.

Mas, o que o empresário precisa entender sobre os benefícios de se implantar um SGA, é:

- A empresa estará em conformidade legal. Terá como evitar penalidades, indenizações civis, processos criminais, paralisação das atividades e mudança de local.

- A empresa terá sua imagem valorizada. Os consumidores estão optando por produtos e serviços ecologicamente corretos; o mercado reconhece e aprecia as empresas com tal direcionamento; as instituições financeiras avaliam o desempenho ambiental das empresas.

- O aumento da competitividade é outro benefício. Compromisso ambiental é prática básica no comércio internacional, com padrões internacionais mais rigorosos para o acesso a mercados; empresas que têm como objetivo exportar para a Europa, o cuidado com o meio ambiente passa a ser um fator estratégico.

- Redução de custos é outro item relevante, já que com o SGA a empresa estará

em condições de minimizar desperdício de matéria-prima e insumos.

A implantação do SGA pode se iniciar de forma simples e ir aperfeiçoando de acordo com a maturidade da empresa. Um aspecto fundamental é que a determinação de se implantar o SGA venha da alta direção, e que todos da empresa estejam comprometidos com este objetivo. Dessa forma, a empresa alcançará melhor desempenho na questão ambiental.

Devemos cumprir 5 etapas sucessivas para a implantação do SGA, são elas: 1) Estabelecer uma política ambiental, 2) Planejar, 3) Implantar e operacionalizar, 4) Verificar o andamento do processo, 5) Realizar a análise do processo pela alta administração.

Para quem deseja implantar um SGA, segue um roteiro prático como sugestão: Fazer uso consciente de energia, água e matérias primas; reduzir e dar tratamento aos resíduos; adequar-se à legislação ambiental vigente; treinar e conscientizar os colaboradores quanto à sustentabilidade; reforçar o marketing da organização no tocante às suas ações ambientais e criar métodos para mensurar os resultados obtidos com a implantação de um SGA.

É importante lembrar que implantar um SGA ou buscar uma certificação não garantirá à empresa que os resultados ambientais sejam satisfatórios. Um outro fator não menos relevante é que o SGA só vai funcionar se estiverem todos envolvidos com o objetivo de se alcançar um bom desempenho ambiental.

“ Obter certificação exige comprometimento verdadeiro com as questões ambientais ”

Wladisleny Duarte (wduarte.sesi@sistemafieg.org.br) é consultora em responsabilidade corporativa do Sesi Goiás

SAÚDE

Há 60 anos, o **SESI** cuida do trabalhador e a indústria fica mais saudável.

O Sesi é referência em Segurança e Saúde no Trabalho, ao promover a redução de acidentes e a melhoria de qualidade de vida do trabalhador. Realiza ainda palestras e teatros em saúde, atendimento odontológico e oftalmológico para a indústria.

SESI é mais Saúde.



FIEG-SESI



Onde tem **SESI**, a vida melhora.

www.sesigo.org.br

Gestão monitora fauna, flora e biodiversidade

Política ambiental coloca empresa na dianteira dos processos para a conservação de biomas em regiões onde estão instaladas suas unidades operacionais



Áreas de preservação ambiental da Anglo American em Catalão e Ovidor tiveram suas espécies da fauna e flora inventariadas

Anglo American elegeu alguns campos de atuação prioritários, no que concerne ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de atender de forma eficaz as necessidades das comunidades e municípios onde estão baseadas suas operações no Brasil. Para atingir as metas estabelecidas, vários programas de preservação têm sido desenvolvidos por meio dos negócios presentes em Goiás, nas áreas de níquel, nióbio e fosfato. Entre os parceiros que sustentam as iniciativas estão a Parceria Empresarial pelos Serviços Ecosistêmicos (PESE), do Centro

de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A companhia está listada no FTSE4Good, índice da bolsa de valores de Londres, referendado mundialmente, e no Índice de Sustentabilidade Dow Jones, principal indicador de sustentabilidade da bolsa de valores de Nova Iorque.

Foi eleita em 2013, pelo sexto ano consecutivo, uma empresa modelo em reponsabilidade socioambiental pelo Guia Exame de Sustentabilidade e também, nos últimos inventários do

Programa Brasileiro GHG Protocol, auditados externamente pela PricewaterhouseCoopers, com a classificação "ouro". Em 2012, obteve reconhecimento internacional com a menção "platina" no Índice de Responsabilidade Corporativa da Business in the Community (BITC), organização britânica sem fins lucrativos, presidida pelo Príncipe Charles.

Recursos hídricos - A Anglo American investe em um sistema de gestão de recursos hídricos que minimiza o consumo de água em suas operações e protege os recursos para usos futuros. Alguns pesquisadores estimam

que em 2025 mais da metade da população mundial sofrerá com a falta de água potável. Nesse sentido, a companhia adota medidas para que a água utilizada em suas operações seja tratada e reaproveitada. As diretrizes e metas corporativas para o uso deste recurso têm como objetivo a redução de impactos ao meio ambiente, a garantia da segurança e saúde dos empregados e contratados, além do engajamento com as comunidades vizinhas.

Nas operações de fosfato, em Catalão e Ovidor, a reutilização da água empregada no processo produtivo chega a 92%, um dos indicadores mais altos da Anglo American em todo o mundo. "O futuro de nossas operações e das comunidades onde estamos inseridos depende de uma boa gestão dos recursos naturais, processos eficientes e comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Essa é a base de nossa atuação e, por isso, seguimos estritamente as políticas estabelecidas globalmente pela Anglo American", diz Ricardo Gotelip, diretor de Segurança e Desenvolvimento Sustentável dos negócios nióbio e fosfato.

Em Barro Alto e Niquelândia, o conceito de construção e funcionamento das plantas de produção de ferrominério considera um circuito fechado de água para o resfriamento do minério no processo de produção. Dessa forma, não existe o risco da geração de efluente para os corpos de água do entorno. Na Codemin, em Niquelândia, o índice de reutilização da água se situa na média de 80%. Em Barro Alto, o reservatório, com 1,8 milhão de m³ de capacidade, conta com sistema especial de impermeabilização e captação de águas das chuvas que permite atingir um índice de até 90%.

Biodiversidade - Desde 2002, a Anglo American estabeleceu a estratégia global de biodiversidade para suas operações, assumindo o compromisso de adotar boas práticas em todas as fases de suas atividades.

As políticas e estratégias estabelecidas têm como ferramenta específica de trabalho o Plano de Ação para a Biodiversidade (BAP, na sigla em inglês), desenvolvido para mapear, pesquisar e monitorar as áreas de influência direta e indireta das unidades da Anglo American em todo o mundo. Também cabe ao sistema fazer o gerenciamento de riscos, estabelecendo as metas a serem cumpridas e adotar as medidas mitigadoras quando necessário, integrando as questões de biodiversidade ao Sistema de Gestão da empresa, certificado pela ISO 14001:2004.

As ações para a preservação da biodiversidade são realizadas em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fauna & Flora International (FFI), a mais



Pesquisas sobre o bioma Cerrado são comandadas com o apoio da Universidade Federal de Goiás

"O futuro de nossas operações e das comunidades onde estamos inseridos depende de uma boa gestão dos recursos naturais, processos eficientes e comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Essa é a base de nossa atuação"

Ricardo Gotelip

Diretor de Segurança e Desenvolvimento Sustentável dos negócios nióbio e fosfato

antiga entidade internacional de conservação da natureza. Dentre os projetos, destaca-se o "Biodiversidade Vai para a Escola", desenvolvido em Barro Alto e Niquelândia, sob o comando da UFG, cujo foco centrou-se na capacitação de professores para ensinar sobre a riqueza da fauna e flora do Cerrado e na distribuição gratuita de material didático para as escolas da região. No total, foram publica-

dos sete livros, que abordam plantas, peixes, insetos, répteis, anfíbios, aves e mamíferos relativos a esse ecossistema.

A iniciativa contemplou ainda o curso "O Cerrado e a biodiversidade local", dirigido a professores das 1ª e 2ª fases do ensino fundamental. As aulas foram ministradas pelo Instituto de Ciências Biológicas e pelo Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da UFG.

Outra parceria, firmada pelo negócio níquel, permitiu o desenvolvimento de uma metodologia que serve como "bússola" para os gestores da empresa. O Departamento de Biologia da UFG, em um projeto liderado pelos professores Paulo de Marco e Rogério Pereira Bastos, identificou as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, considerando as espécies animais e a estrutura de vegetação existente na região. A partir do estudo, a empresa conseguiu avaliar previamente as áreas disponíveis para a execução de suas atividades e optar por aquelas com menor densidade de biodiversidade, minimizando, assim, o impacto ambiental de suas operações.

A gestão das unidades de nióbio e fosfato, situadas em Catalão e Ovidor, envolve o inventário e a avaliação das espécies da fauna e flora da região, bem como a situação jurídica e política de suas áreas de preservação e as implicações para o desenvolvimento sustentável das operações e da comunidade local. Nesse sentido, é alvo de monitoramento da biodiversidade as áreas ligadas ao trecho do alto da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Ovidor e seus afluentes.

Prêmio distingue gestão inovadora

Modelo de gestão focado na tríade 'desenvolvimento-sustentabilidade-responsabilidade social' dá à Consciente Construtora e Incorporada o Prêmio Socioambiental Chico Mendes 2013

Por Waléria Wenceslau



Equipe da Consciente Construtora finalizando mais uma "Calçada Consciente". Projeto se destaca por priorizar acessibilidade e mobilidade urbana

Responsabilidade social e gestão ambiental adquiriram importância fundamental dentro da ordem empresarial contemporânea. Este é hoje um dos grandes diferenciais de mercado, passando a ter tanta relevância para as empresas quanto a qualidade dos produtos, a competitividade nos preços e uma marca comercialmente forte.

Integrar o conceito de sustentabilidade à gestão da empresa, alinhando o desenvolvimento econômico com ações e programas que pensem os impactos ambientais, as necessidades sociais e a ética empresarial, foi a diretriz que levou a Consciente Construtora à certificação concedida pelo Instituto Chico Mendes, o Selo Verde, como reconhecimento do seu compromisso com a gestão socioambiental responsável. "Mais do que um compromisso, crescer de forma sustentável é um dever", avaliou o presidente da Consciente Construtora, Ilézio Inácio Ferreira.

Várias ações voltadas para o tema são

executadas atualmente na empresa, com destaque para o programa de reaproveitamento de resíduos sólidos nas obras, o uso racional dos recursos naturais, treinamento das equipes para a gestão da qualidade e integração do conceito de sustentabilidade à administração do negócio. O planejamento das ações do comitê interno de responsabilidade socioambiental foi um grande diferencial para a conquista desse prêmio. A estruturação da área e o envolvimento dos colaboradores reforçaram a vocação da empresa de crescer comprometida com o meio ambiente e com o bem-estar social.

"A Consciente orgulha-se de ter desenvolvido e entregue a Goiânia um novo modelo para espaços públicos, com a Calçada Consciente, localizada no Setor Bueno, e a Praça Conceito Consciente, localizada na Rua 27 com a T-50 no Setor Marista", diz o engenheiro de Qualidade, Eduardo Carvalho Paiva. "Ambos os projetos contemplam mobilidade,



Prêmio Socioambiental Chico Mendes

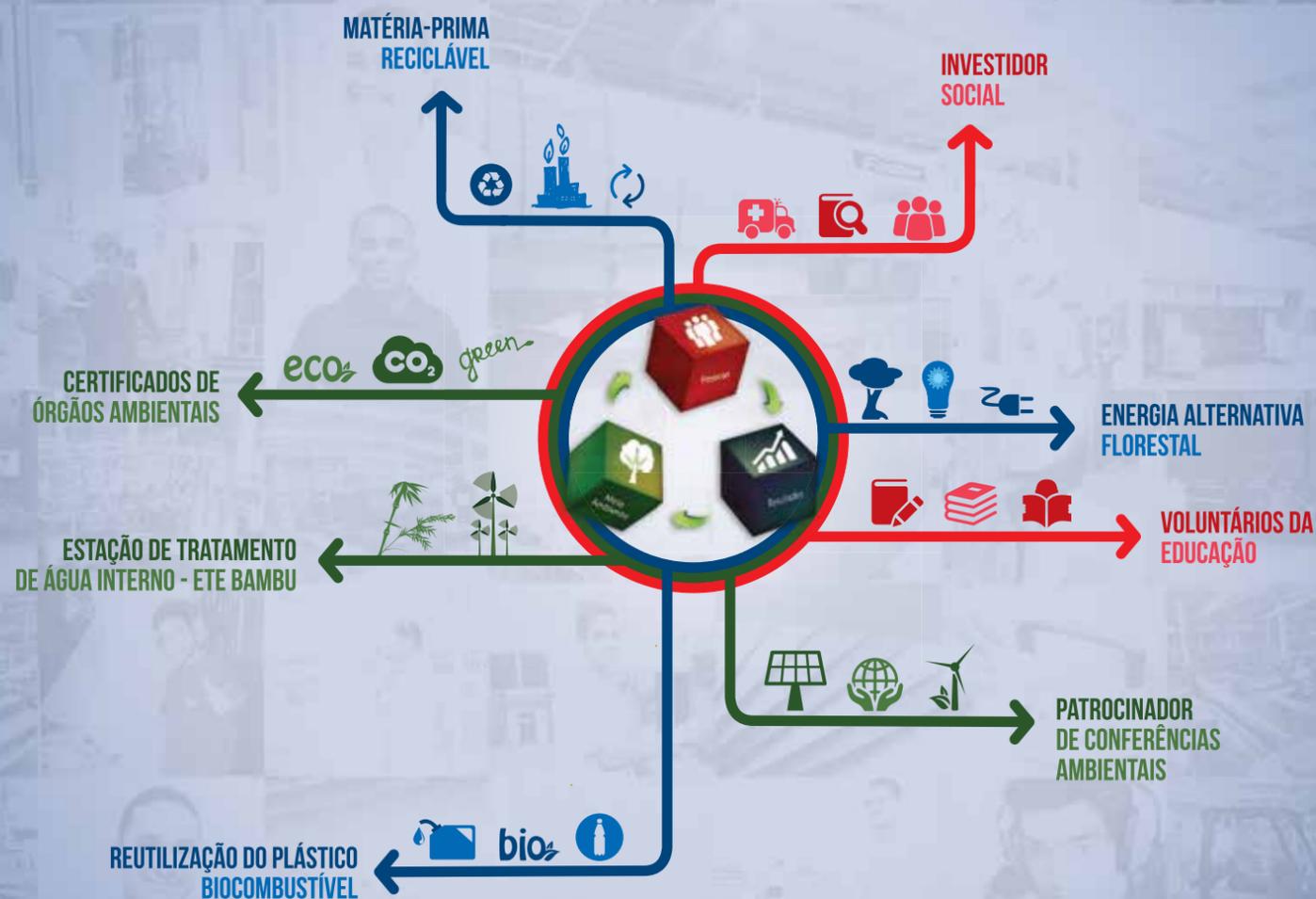
O Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que há 8 anos instituiu o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, com a missão de revelar ao país exemplos de solução de conflitos entre desenvolvimento, justiça social e equilíbrio ambiental. Já é considerado o maior evento socioambiental brasileiro e marca a agenda sobre o tema no Brasil. As ações premiadas são escolhidas com base em critérios como solução, criatividade, eficácia, viabilidade e replicabilidade.

acessibilidade, integração social, bem-estar público, preservação ambiental e valorização cultural", ressaltou.

"Longe de ser sentir satisfeita, a Consciente permanece em busca de soluções viáveis para o desenvolvimento urbano em Goiânia, a integração com a comunidade e a articulação com parceiros e projetos que somem forças à visão de que somos responsáveis pelo mundo que estamos construindo. O Selo Verde é um lembrete de que é possível crescer criando um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade" destaca Ilézio Inácio Ferreira.

No evento de entrega do Prêmio Chico Mendes, a Consciente apresentou seu "case" de sucesso a outras dezenas de empresas de grande e médio porte de todo o Brasil que também adotaram em suas práticas conceitos e condutas que têm como princípios a sustentabilidade e o respeito à vida.

Ação Sustentável é possível!



Conheça mais nossas ações:
www.jaepel.com.br



Preservação ambiental é ensinada em sala de aula

Por Daniela Ribeiro



Quanto mais cedo a questão ambiental for abordada com as crianças, maiores as chances de se despertar nelas a consciência e o respeito pela natureza. Esse é o conceito adotado pelo Sesi Goiás, cujas escolas sob sua direção incentivam os alunos ao aprendizado sobre sustentabilidade. A prática da solidariedade também integra o rol de condutas adotadas em relação às questões socioambientais. Desde orientar sobre como separar o lixo produzido na escola ao ensino formal, o Sesi atua, e o faz visando a formação integral do aluno. A temática ambiental é pautada nas salas durante todo o ano, por meio da

leitura de livros, do teatro, de campanhas educativas e concursos de redação.

Dentre as iniciativas propostas, destacam-se os concursos culturais sobre a preservação do Rio Araguaia, realizado com alunos da rede pública de ensino de Aruanã, e o Reciclando e Aprendendo, projeto desenvolvido por alunos da Escola Sesi Sama, de Minaçu, vencedor do prêmio Construindo a Nação, edição 2013/2014, na categoria “destaque social”. Realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Sesi, em parceria com o Instituto da Cidadania Brasil, o prêmio distingue alunos empreendedores, que sejam agentes de mudança em suas comunidades.

Projeto Reciclando e Aprendendo é o vencedor do prêmio Construindo a Nação, conferido aos alunos da Escola Sesi Sama, de Minaçu

O teatro encanta as crianças e é um meio eficaz na educação ambiental proposta pelas escolas dirigidas pelo Sesi Goiás

Premiação - O projeto contou com a participação de crianças com idade entre 3 e 4 anos, que receberam na escola sacolas retornáveis para coletar em suas casas materiais como garrafas pets, canos, caixas de leite e suco, sacolas plásticas e cabos de vassoura. Na sala de aula, elas aprenderam a confeccionar brinquedos, utilizando os materiais recolhidos. Toda a produção foi vendida em uma mostra cultural realizada na escola e o dinheiro arrecadado, destinado à compra de brinquedos pedagógicos para doação ao Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Raio de Sol, de Minaçu.

Solidariedade, preservação ambiental, reciclagem de produtos, acessibilidade, lazer e incentivo à agricultura familiar estão entre as práticas que concorrem ao prêmio Construindo a Nação. A promoção é dirigida às escolas públicas, privadas e conveniadas, de nível médio, fundamental e do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O objetivo é destacar e valorizar ações desenvolvidas com a participação de alunos, ex-alunos e familiares, que auxiliam na solução de problemas das comunidades próximas às escolas. A premiação será entregue em março de 2014. A iniciativa colabora com a melhoria da qualidade de vida da população e auxilia no desenvolvimento da cidadania.

Apesar da pouca idade, os alunos envolvidos no projeto ficaram entusiasmados com a iniciativa, que deve ser estendida a todos os 786 estudantes da escola do Sesi, sediada dentro da Vila Sama, em Minaçu, Goiás. “Além de conscientizarmos as crianças, conseguimos atingir os familiares”, afirma a coordenadora pedagógica Maria Elzi de Santana. É o caso de Celiomar Emídio Martins, pai de uma aluna. Segundo ele, a filha começou a recolher latas e garrafas em casa. “Às vezes ela jogava fora o restante do refrigerante para poder levar a garrafa”, diverte-se ao lembrar. Celiomar diz que ficou feliz com o projeto, que mobilizou todos da família. “Já tínhamos o hábito de separar materiais recicláveis, mas passamos a fazer isso com mais frequência.”

Convivência - A maioria dos alunos da Escola Sesi Sama é formada por filhos de tra-



balhadores da Sama Minerações. Para que o projeto Reciclando e Aprendendo tivesse maior abrangência, os alunos do CMEI Raio de Sol também foram envolvidos na ação. Os estudantes da instituição pública, quase todos de famílias de baixa renda, passaram um dia na unidade do Sesi. “Eles aprenderam a fazer brinquedos, conheceram uma rotina diferente e fizeram amigos”, diz Maria Elzi.

Um dos brinquedos, uma casinha para teatro de fantoches, feita com caixas de leite e de suco, doado ao CMEI, foi a novidade e tornou-se aliado nas aulas que trabalham a conscientização sobre a importância de

se preservar o meio ambiente. “As crianças amaram a ideia e, desde pequenas, já estão aprendendo a reaproveitar as coisas. Além disso, elas tomam consciência de que é possível dividir o pouco que têm”, ressalta a coordenadora pedagógica do CMEI Raio de Sol, Maria do Carmo Martins Borges.

Os materiais recicláveis coletados foram usados também para produzir a decoração natalina da unidade. Os alunos construíram árvores de Natal, guirlandas, presépios e enfeites utilizando papelão, garrafas pets, embalagens de isopor, CDs, jornal, sacolas, entre outros objetos.

Sesi e Senai contextualizam métodos em manual

Por meio dos chamados conteúdos transversais – que permeiam todas as áreas do conhecimento, seja na educação básica ou profissional – Sesi e Senai atuam de forma integrada nas iniciativas em prol do meio ambiente. As duas instituições do Sistema Fieg decidiram sistematizar as ações para melhor definir indicadores, metas de desempenho, e proceder no monitoramento e avaliação de resultados. Para tanto, estão elaborando o Manual de Ações Socioambientais, que reúne boas práticas já existentes e inclui novas, selecionadas com base no tripé da

sustentabilidade, que encerra os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O instrumento oferecerá orientação para as unidades do Sesi e Senai quanto à padronização de procedimentos, metodologia, critérios e indicadores para todas as ações socioambientais, a exemplo do que acontece em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), implantado no Sistema Fieg desde 2010. Atualmente, todo o lixo produzido nas unidades espalhadas por Goiás é separado e doado a instituições de caridade.



ÍCONE DO BRASIL

Milhões de brasileiros usam Hering desde sempre. Milhares vestem a nossa camisa todos os dias.

Agradecemos a todos que trabalham com a gente para fazer a Hering sinônimo de qualidade e líder pelo 6º ano consecutivo no segmento vestuário e confecções pela pesquisa "As Empresas mais admiradas no Brasil 2013" publicada pela revista CartaCapital.



[desde sempre]

Hering

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE.

SE DEPENDER DA GENTE, ELES CONTINUARÃO SE DANDO MUITO BEM POR AQUI.

Cuidar do meio ambiente está no nosso DNA. Por isso mesmo, ao longo dos anos, os empreendimentos concebidos e viabilizados pela Tropical Urbanismo e Incorporação se aprimoraram cada vez mais na direção da sustentabilidade.

Práticas como preservação de área verde, recomposição do cerrado, recuperação de nascentes, infraestrutura para coleta seletiva de lixo, sistema de aquecimento solar, permacultura, swales (canais de infiltração e reabastecimento do lençol freático), entre outras iniciativas, são constantes nos empreendimentos da Tropical. Alguns exemplos: Aldeia do Vale, Ecovila Santa Branca, Bairro Eldorado, Águas da Serra, Alto da Boa Vista Premium e muitos outros.

A nossa missão é viabilizar negócios com foco nos clientes e nos parceiros, no lucro e no desenvolvimento sustentável. Por mais qualidade de vida, por um futuro melhor.

Tudo isso depende de nós e a Tropical sabe disso!

www.tropicalurbanismo.com.br



conte com a gente

Projeto visa inclusão social e educação ambiental

Iniciativa da Caramuru beneficia catadores de materiais recicláveis e inicia processo de educação ambiental envolvendo a população da cidade de Itumbiara-GO

Parte do programa de Investimento Social Privado da Caramuru está direcionada ao projeto Reciclar, que tem como objetivo promover a inclusão social e gerar renda para os catadores de materiais recicláveis, além de levar educação ambiental para a comunidade de Itumbiara, em Goiás. A iniciativa surgiu do resultado do diagnóstico feito pela Caramuru, que buscou a parceria da prefeitura local, de outras empresas e instituições para desenvolver o Reciclar.

Inicialmente, a empresa elaborou o projeto e contratou uma consultoria para criar a associação dos catadores de materiais recicláveis. Em seguida, foi feito um levantamento da coleta seletiva existente na cidade para identificar os locais onde devem ser instalados os pontos de coleta seletiva. Os catadores de recicláveis, por sua vez, estão sendo orientados sobre como proceder na coleta e na triagem dos resíduos, e incentivados a se integrarem à associação, a se profissionalizarem. "Nossa meta é implantar a coleta seletiva em parte da cidade até 2014", diz a analista ambiental da Caramuru, Thaís Ribeiro.

Nova sede – Todo o lixo reciclável é levado para um galpão provisório, onde os catadores fazem a separação do que foi arrecadado e vendem os resíduos possíveis de serem reciclados. O espaço é provisório, já que a Caramuru intermediou com a prefeitura a doação de um terreno de 2.586 m² para a construção da Estação Reciclar, a nova sede da associação, dotada de instalações adequadas ao trabalho dos catadores. A previsão da Caramuru é de que até maio de 2014 o galpão esteja pronto. A nova sede oferecerá condições adequadas para a realização do trabalho dos catadores e a possibilidade de mais pretendentes se associarem à cooperativa. "A meta é aumentar o número de catadores, chegando a, pelo menos, 20, e ampliar o alcance da iniciativa, atingindo mais bairros de Itumbiara", explica Thaís Ribeiro.

A exemplo de outros projetos sociais desenvolvidos pela Caramuru, este também dará aos colaboradores a oportunidade de se



Analista ambiental Thaís Ribeiro ladeada por catadores de materiais recicláveis, atuando na questão do lixo urbano junto com a comunidade de Itumbiara-GO

integrarem à comunidade local, participando de uma iniciativa que beneficia e une a todos. Na empresa, a questão do lixo já é tratada de forma responsável e compartilhada. Cada setor fica encarregado da disposição dos resíduos gerados em seus respectivos ambientes de trabalho. Há coletores identificados conforme o tipo de resíduo e localizados em pontos estratégicos. Os colaboradores da área de Serviços Gerais são responsáveis pela coleta dos resíduos recicláveis e pelo lixo doméstico, enquanto que o controle da saída de todos os resíduos e a documentação da disposição final é da área de Gestão da Qualidade. Os resíduos que saem da indústria são quantificados e controlados por peso ou unidade e enviados para caçambas específicas, sendo posteriormente encaminhados para uma central de resíduos recicláveis.

Empresa e comunidade unidas pelo mesmo fim

O projeto Reciclar faz parte do programa de Investimento Social Privado da Caramuru Alimentos e está sendo implantado em parceria com diversos parceiros. O projeto tem como objetivo incentivar a mudança de hábitos da comunidade itumbiarense em relação à destinação correta dos resíduos, integrando educação ambiental e inclusão social. A ideia é proporcionar experiências e instrumentos para uma prática interdisciplinar de educação ambiental.



EU reciclo

Reduzir, Repensar, Reaproveitar e Reciclar
AÇÕES PARA UM MUNDO MELHOR



WWW.FLAMBOYANT.COM.BR

COLETA SELETIVA E RECICLAGEM
EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO
Uma ação do Grupo Flamboyant



WWW.INSTITUTOFLAMBOYANT.ORG.BR

Goiás

Dá gosto viver aqui.



O Governo de Goiás melhora a qualidade do ensino e valoriza os profissionais em todo o Estado. Os goianos têm muito que comemorar. Em 2013, o Programa Reconhecer, iniciativa do Governo de Goiás para valorizar os profissionais de educação, concedeu um bônus no salário dos professores da rede estadual de ensino. Os professores ainda foram contemplados com tablets. 10 mil estudantes receberam bolus e Goiás saltou de décimo sexto para quinto lugar no IDEB. O Governo de Goiás reformou, ampliou e modernizou mais de 800 escolas. Por tudo isso, dá gosto viver em Goiás. Um Estado bonito de se ver e bom de se viver.

Goiás tá
bem na foto.



WWW.BLOGDOLIXO.COM.BR

CONHEÇA O BLOG DO LIXO,
UM CANAL DE COMUNICAÇÃO
QUE PROMOVE O DIÁLOGO
SOBRE SUSTENTABILIDADE,
A PARTIR DO LIXO.



COMUNICAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE



www.magrelacomunicacao.com.br



www.onzecomunicacao.com.br



www.sintese.com.br

Vamos construir juntos um veículo de comunicação para a sustentabilidade.

Mais do que fazer bem, é importante fazer a diferença.



Estas marcas fomentam a
responsabilidade social em Goiás.

